

PREGÃO ELETRÔNICO 90.004/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM
Campus Manaus Zona Leste (158444)

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação das instalações agropecuárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste/ IFAM-CMZL, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação PNCP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DO TERMO DE CONTRATO	19
10. DOS RECURSOS	20
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMZNAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90.004/2026
Processo Administrativo nº23857.000947/2025-10

Torna-se público que INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMZNAS CAMPUS MANAUS ZONA LESTE, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 249-GDG/CMZL/IFAM de 10/06/2024, sediado(a) Avenida Cosme Ferreira, nº 8.045, Bairro Gilberto Mestrinho, na cidade de Manaus/AM, CEP. 69.086-475, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação *de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação das instalações agropecuárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste/ IFAM-CMZL*, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

3.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

3.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário e total do grupo;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que

regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 100,00 (cem) reais*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

6.24.2 empresas brasileiras;

6.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.8.1 **[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];**

7.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1 conter vícios insanáveis;

7.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.10.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.10.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.14.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.23.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.23.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.23.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.23.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio legal.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

8.10.1 *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

8.10.2 *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 1 (uma) hora, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. *Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.*

9.9. *Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.*

9.10. *Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de XX %.*

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através do e-mail cpl.cmzl@ifam.edu.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: cpl.cmzl@ifam.edu.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico cpl.cmzl@ifam.edu.br.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

Manaus, 8 de maio de 2026.

DAVID WASHINGTON FREITAS LIMA
Diretor Geral
Portaria Nº 1.113/GR/IFAM, de 22 de junho de 2023

(Processo Administrativo nº 23857.000947/2025-10)

Legenda:

Cores vermelho – Textos opcionais mantidos;

Cores pretas - Textos obrigatórios mantidos;

Cor verde - Texto incluído.

Cor Azul – Textos preenchidos

~~Textos tachados~~ – Textos obrigatórios excluídos

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação *Empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação das instalações agropecuárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste/ IFAM-CMZL, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<i>Operário Rural (6210-05), 44 h. semanais</i>	15300	<i>Posto de Trabalho</i>	10	R\$ OU SIGILOSO	R\$ OU SIGILOSO
2	<i>Jardineiro/Roçador/ Podador (6220-20), 40h. semanais</i>	24309	<i>Posto de Trabalho</i>	02	R\$ OU SIGILOSO	R\$ OU SIGILOSO

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. *O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. *O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que esses serviços são indispensáveis para o pleno funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para assegurar a preservação das áreas produtivas e do patrimônio público da instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando.*

Prazo de vigência

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato], prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

- I) *ID PCA no PNCP: [...]; 10792928000100-0-000003/2026;*
- II) *Data de publicação no PNCP: [...]; 15/05/2025;*
- III) *Id do item no PCA: [...]; 1;*
- IV) *Classe/Grupo: [...]; 861 - SERVIÇOS RELATIVOS À AGRICULTURA, CAÇA, REFLORESTAMENTO E PESCA*
- V) *Identificador da Futura Contratação: [...]; 158444-1/2026.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

- 4.1.1 *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;*

Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.3. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.*

4.4. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

- 4.4.1 *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*
- 4.4.2 *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*
- 4.4.3 *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*
- 4.4.4 *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*



- 4.4.5 *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*
- 4.5. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*
- 4.6. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*
- 4.7. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*
- 4.8. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.*
- 4.8.1 *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*
- 4.9. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*
- 4.9.1 *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- 4.9.2 *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- 4.9.3 *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.*
- 4.10. *A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.*
- 4.10.1 *O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.*
- 4.11. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*
- 4.12. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
- 4.13. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.*



4.14. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

4.14.1 *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

4.14.2 *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

4.15. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

4.15.1 *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*

4.15.2 *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*

4.16. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

4.16.1 *Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;*

4.16.2 *Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;*

4.16.3 *Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.*

4.17. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

4.18. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

4.19. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

Vistoria

4.20. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:30 horas..*



4.21. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.22. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.22.1 *Os contatos para a realização das vistorias devem ser feitos conforme tabela abaixo:*

UNIDADE	ENDEREÇO	RESPONSÁVEIS	E-MAIL/TELEFONE
IFAM CMZL	Av. Cosme Ferreira, 8045 - São José Operário, Manaus - AM, 69083-000	Aildo da Silva Gama	depro.cmzl@ifam.edu.br (92- 99114-4411)

4.22.2 *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*

4.23. *Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.24. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

Instalação de escritório

4.25. *Considera-se que para adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Manaus/AM, caso não seja possível, que mantenha preposto apto a realizar as solicitações da contratante nos prazos previstos nesse TR/Contrato sob pena de inexecução parcial de contrato.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1 Início da execução do objeto: até 15 dias da assinatura do contrato

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: [A descrição como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência].

5.1.3 *Cronograma de realização dos serviços: A descrição como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;*

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: *Av. Cosme Ferreira, 8045 - São José Operário, Manaus - AM, 69083-000;*

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: *A descrição como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas A descrição como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência:

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1 A descrição como um todo destes materiais encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 A descrição das particularidades, as necessidades da instituição e a solução como um todo encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. A descrição como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

5.7.1.2. Deverá ser entregue 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 02 (dois) conjuntos completos de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.7.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.7.2.1. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Manaus e com o posto de serviço, durável e que não desbote nem amasse facilmente;

5.7.2.2. Todos os sapatos deverão oferecer conforto aos funcionários e dificultar a proliferação de bactérias pelo suor;

5.7.2.3. Os uniformes, de todas as categorias, deverão conter o emblema da empresa, de forma visível, preferencialmente, na própria camisa;



5.7.2.4. *É vedado à empresa utilizar modelos de uniformes que causem constrangimento aos empregados.*

5.7.2.5. *Os uniformes devem estar em conformidade com o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.*

5.7.3 *No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;*

5.7.4 *Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *devendo este, manter uma visita semanal na instituição. A periodicidade da visita do preposto pode ser posteriormente alterada para adequação das necessidades, à critério da Contratante.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica



- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*
- 6.16.1 *A descrição sobre a fiscalização Técnica do contrato como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. No entanto, seguem outras diretrizes importantes:*
 - 6.16.2 *A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;*
 - 6.16.3 *Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;*
 - 6.16.4 *O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.*
 - 6.16.5 *O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.*
 - 6.16.5.1 *Na hipótese de recusa de assinatura, será lavrado documento digital e encaminhado para os meios de comunicação ativos com a empresa (e-mail, WhatsApp e outros) sendo considerada a ciência da contratada após o envio.*
 - 6.16.6 *A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;*



- 6.16.7 *Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;*
- 6.16.8 *É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada;*
- 6.16.9 *O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;*
- 6.16.10 *O fiscal técnico deverá atualizar os envolvidos quanto às mudanças normativas e tecnológicas visando o atendimento e aprimoramento dos serviços prestados;*
- 6.16.11 *Buscar por alternativas com melhor sustentabilidade, durabilidade ou economia às rotinas, equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas;*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. *Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.*

6.20. *O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.*

6.21. *O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.*

6.22. *Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.*

6.23. *O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.*

6.24. *Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.*

6.25. *Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos*



trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. *O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.*

6.27. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:*

6.27.1 *se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;*

6.27.2 *se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;*

6.27.3 *se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou*

6.27.4 *se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.*

6.28. *Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:*

6.28.1 *O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;*

6.28.2 *O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;*

6.28.3 *O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e*

6.28.4 *Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.*

6.29. *Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.*

6.30. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:*

6.30.1 *se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou*

6.30.2 *se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.*

6.30.3 *Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.*

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.33.1 *A descrição sobre a rotina da fiscalização administrativa do contrato como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

6.34. *A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.*

6.35. *Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:*

6.35.1 *No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):*

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;



6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).



6.45. *Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.*

6.46. *O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.*

6.47. *A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.*

6.48. *Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.*

6.49. *Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.*

6.50. *O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.*

6.51. *Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.*

6.52. *O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.*

6.53. *O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*

6.54. *A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.*

6.55. *A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.*

6.56. *Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.*

6.57. *A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:*

6.57.1 *diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e*

6.57.2 *necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.*

6.58. *As compensações de jornada limitam-se:*

6.58.1 *à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e*



6.58.2 *ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.*

6.59. *A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.*

6.60. *A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.*

6.61. *A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.*

6.62. *A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.*

6.63. *O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.*

6.64. *O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.*

6.65. *A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:*

6.65.1 *até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;*

6.65.2 *em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

6.66. *O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.*

6.67. *Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.*

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 *coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.*



6.68.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. *Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).*

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar e no Anexo 2 deste Termo de referência.*

7.2. *Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.*

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,



7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.5. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.5.1 *Cumprimento integral do objeto CONTRATADO;*

7.5.2 *Manutenção das condições de habilitação;*

7.5.3 *Pontuação do IMR.*

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2 *o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.*

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.



7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.28.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *[IPCA]* de correção monetária.



Forma de pagamento

- 7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

- 7.39. *Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.*
- 7.40. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*
- 7.40.1 *Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*
- 7.40.2 *Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.*
- 7.41. *Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.*
- 7.41.1 *Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.*
- 7.42. *A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.*
- 7.43. *Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.*
- 7.44. *É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.*
- 7.45. *Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.*



7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [pelo IPCA], com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja



divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. *Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.*

7.50. *Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.*

7.51. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.*

7.52. *Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.*

7.53. *Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.*

7.54. *Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.*

7.55. *Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.*

7.56. *O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.*

7.57. *Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.*

7.58. *A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.*

7.59. *O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[30 (trinta) dias]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.*

7.60. *O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.*

7.61. *A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.*

7.62. *As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 14.133, de 2021.*



7.63. *O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.*

7.64. *Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.*

7.65. *A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.*

7.65.1 *A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.66. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.66.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.66.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.66.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.66.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.67. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.68. *Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.*

7.69. *O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.*



7.70. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.71. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.72. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.72.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.72.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.72.3 Multa sobre o FGTS; e

7.72.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.73. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.74. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.75. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.76. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.77. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.78. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.



7.79. *O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.*

7.80. *O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.*

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*



8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (xxxxx por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº



12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.2. *O regime de execução do objeto será de [empregada por preço global].*

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho nº AM000038/2026, utilizado(a) como paradigma:*

a) salário-base e adicionais 1.782,68 e 1.655,25, para os postos de “Jardineiro/Paisagista” e Operário Rural respectivamente;

b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 24,50; e

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:



i) CESTA BÁSICA, no valor de R\$ 180,00 mensais;

ii) Plano odontológico, no valor de R\$ 16,00 mensais .

9.3.1 *Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;*

9.3.2 *Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;*

9.3.3 *Os valores orçados pela Administração constam no ETP e da planilha de custos Anexa a este Termo de referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação



da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo



Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.25.1 *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e*

9.25.2 *Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;*

9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.30. *Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:*

9.30.1 *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

9.30.2 *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.*

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica



9.32. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.32.1 *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.33.2 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.33.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. *Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Manaus-AM, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.*

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.37. ~~Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):~~

9.37.1 ~~Para o (indicar o profissional): serviços de: (...)~~



9.37.2 ~~Para o (indicar o profissional): serviços de (...)~~

9.37.3 ~~O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)~~

9.38. ~~Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.~~

9.39. ~~Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;



9.45.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.*

10.1.1 *Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.*

10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

- I) *Gestão/unidade: 26403/158444;*
- II) *Fonte de recursos: 1000000000;*
- III) *Programa de trabalho: 231659;*
- IV) *Elemento de despesa: 33903701; e*
- V) *Plano interno: L20RLP0109N.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas **exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.**

[Local], [dia] de [mês] de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II - Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a administração pública;

Anexo III – Instrumentos de medição de resultados (IMR)

Anexo IV – Planilha de custos proposta

ANEXO I



ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do **Contrato XXXXX** referente ao Processo Administrativo nº 23857.000947/2025-10.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de **seis indicadores de qualidade**:

- (1) uso dos EPI's e uniformes;
- (2) tempo de resposta às solicitações da Contratante;
- (3) falta de materiais previstos em contrato;
- (4) postura dos funcionários da contratada;
- (5) atraso no pagamento de salários e outros benefícios e
- (6) qualidade dos serviços prestados.

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2 A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3 As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 - USO DOS EPI'S E UNIFORMES	
ITEM	DESCRIÇÃO



Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas: (i) à segurança do trabalho - a contratada não deve permitir situação passível de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais; (ii) ao fornecimento e uso dos uniformes - a contratada deve fornecer os uniformes em conformidade ao Termo de Referência da Contratação Emergencial;
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos
	1 ocorrência = 8 Pontos
	2 ocorrências = 6 Pontos
	3 ocorrências = 4 Pontos
	4 ocorrências = 2 Ponto
	5 ou mais ocorrências = 0 Pontos

INDICADOR 2 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas: (i) ao cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Contrato ou determinado pela Fiscalização; (ii) à substituição de funcionário que desempenhar as atribuições do posto de serviços com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições; (iii) à substituição de funcionário sem qualificação para executar os serviços; (iv) a entrega com presteza e integralidade os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelo Setor de Gestão de Contrato
Meta a cumprir	Até um dia útil posterior à solicitação (poderá ser dilatado esse prazo, a critério do IFAM/CMZL).
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta

Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atraso da resposta/providência = 10 Pontos
	1 atraso da resposta/providência = 8 Pontos
	2 atrasos das respostas/providências = 6 Pontos
	3 atrasos das respostas/providências = 4 Pontos
	4 atrasos das respostas/providências = 2 Pontos
	5 ou mais atrasos das respostas/providências = 0 Pontos

INDICADOR 3 - FALTA DE MATERIAIS PREVISTOS EM CONTRATO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais estimados necessários a execução do contratos, observando-se: (i) o solicitado pelo IFAM-CMZL e o efetivamente entregue pela contratada; (ii) à qualidade, durabilidade, eficiência dos materiais entregues, de modo que sua utilização deverá atender, pelo menos, ao período da solicitação do pedido; (iii) à substituição de materiais/ equipamentos/ ferramentas/ utensílios que não estejam em condições de uso - será observado o prazo de 2 dias úteis para a contratada proceder à substituição (poderá ser dilatado esse prazo, a critério do IFAM/CMZL);
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Por evento/constatação
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos
	Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos

INDICADOR 4 - POSTURA DOS FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas: (i) à assiduidade; (ii) à pontualidade para prestação dos serviços; (iii) ao relacionamento cordial com servidores, alunos e comunidade; (iv) à inobservância injustificada do tempo máximo de 20 minutos para o atendimento às solicitações no posto de Trabalho Obs1: ocorrendo faltas dos empregados da contratada, sem a imediata substituição, a empresa deverá alocar outro funcionário qualificado ou capaz de desenvolver as atividades no posto de trabalho, dentro do prazo máximo de 2 horas . (duas)



	Obs2: O funcionário deve se abster de realizar quaisquer ações que poderão ser caracterizadas ofensivas.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos
	1 ocorrência = 8 Pontos
	2 ocorrências = 6 Pontos
	3 ocorrências = 4 Pontos
	4 ocorrências = 2 Ponto
	5 ou mais ocorrências = 0 Pontos

INDICADOR 5 - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	<p>Mitigar ocorrências de atrasos de pagamento: (i) de salários; (ii) de vale transporte e auxílio alimentação; (iii) de cestas-básicas, quando couber; (iv) de diárias, quando couber.</p> <p>Acórdão TCU nº 1214/2013-Plenário: <i>9.1.8 seja fixado em contrato como falta grave, caracterizada como falha em sua execução, o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;</i></p>
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês



Instrumento de medição	de	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento		Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros
Periodicidade		Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-Lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de Cálculo		Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência		A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento		Sem ocorrências = 25 Pontos
		Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos

INDICADOR 6 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Quanto maior melhor
Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação por meio de formulário eletrônico
Forma de acompanhamento	Aplicação mensal de pesquisa de satisfação
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 25 Pontos conforme resultados da pesquisa

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

PONTUAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Pontuação Total dos serviços =	Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" +Pontos "Indicador 3" +Pontos "Indicador 4" +Pontos "Indicador 5" + Pontos "Indicador 6"

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

CONTRATANTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMAZONAS- CAMPUS MANAUS ZONA LESTE.			
CONTRATADA				
Nº Contrato		Processo nº	23857.000947/2025-10	Mês Avaliado
POSTO	Ex: OPERÁRIO RURAL			XXXXX / 2026

INDICADOR	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS	PONTUAÇÃO
1	Uso dos EPI's e Uniformes	Sem Ocorrência	10
2	Tempo de resposta às solicitações	Sem Ocorrência	10
3	Faltas de materiais previstos em contratos	Sem Ocorrência	20
4	Postura dos funcionários da contratada	Sem Ocorrência	10



5	Atraso no pagamento de Salários	Sem Ocorrência	25
6	Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados – Serviços Agropecuários (Operário Rural)		
	Descrição das atividades		Grau de Satisfação
	Relacionadas ao preparo, manejo e recuperação do solo		Ótimo
	Produção e manejo de mudas de espécies vegetais diversas		Ótimo
	Implantação e manejo de áreas cultivadas		Ótimo
	Implantação e manejo das áreas de produção de biomassa, banco de proteína, compostagem orgânica e de produção de biofertilizantes		Ótimo
	Implantação e manejo das áreas experimentais		Ótimo
	Alimentação, manejo das instalações e tratamentos sanitários de animais (coelhos, aves, minhocas, peixes, quelônios, caprinos, suínos, bovinos, equinos, bubalinos) e das abelhas melíferas		Ótimo
	Manutenção na área física do CRA/Permacultura		Ótimo
	Manejo dos sistemas de captação de água da chuva, dos açudes, dos tanques de ferro-cimento e do poço artesiano		Ótimo
	Beneficiamento e organização de produtos agropecuários para armazenamento, plantio/criação ou comercialização.		Ótimo
	Segurança no trabalho e meio ambiente		Não foi realizada atividade
	Quantidade Avaliada	Somatório dos índices de avaliação para os graus e satisfação (Ótimo e Bom)	Pontuação [Somatório x 25]
9		1	25

TOTAL DA PONTUAÇÃO [corresponde ao somatório dos indicadores 1 ao 6]	100
---	------------



OBSERVAÇÕES

Data: ____ / ____ / ____

Fiscal do Contrato (nome legível)

Estudo Técnico Preliminar 12/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: **23857.000947/2025-10**

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação das instalações agropecuárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste - IFAM/CMZL conforme especificações contidas nos instrumentos de planejamento.

Campus

2.2. Justificativa da necessidade da contratação:

2.2.1. A contratação de serviços contínuos de **apoio agropecuário e jardinagem** é necessária para garantir a manutenção das atividades essenciais desenvolvidas nos Núcleos dos Laboratórios Educativos de Produção, incluindo agroecologia, agricultura, zootecnia, piscicultura, mecanização agrícola e conservação de áreas verdes. Esses serviços são indispensáveis para o pleno funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para assegurar a preservação das áreas produtivas e do patrimônio público.

2.2.2. Atualmente, tais atividades são atendidas pelo **Contrato Nr. 02/2021**, Processo nº **23073.000731/2020-59**, cuja vigência se encerra em **12 de abril de 2026**, não podendo ser prorrogado além desse prazo. Considerando que a interrupção dessas atividades compromete diretamente as funções finalísticas da instituição, torna-se obrigatória a realização de nova licitação para garantir a continuidade dos serviços.

2.2.3. A terceirização permanece necessária, tendo em vista que a instituição **não possui servidores** em seu quadro funcional com atribuições compatíveis para executar as atividades de operador rural e jardinagem de forma permanente e especializada.

2.2.4. A contratação está **devidamente amparada pela legislação vigente**, especialmente pela **Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a contratação de serviços contínuos (arts. 6º, 18, 40 e 107), bem como pela **IN SEGES/ME nº 73/2022**, que disciplina o planejamento das contratações. Trata-se de serviço comum, com disponibilidade adequada no mercado e plenamente passível de execução indireta, conforme boas práticas administrativas.

2.2.5. Dessa forma, resta **justificada** a necessidade de nova contratação para assegurar a continuidade, eficiência e regularidade das atividades essenciais desempenhadas pela instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento dos Laboratórios de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial-DEPRO	Aildo da Silva Gama

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O contrato para prestação dos serviços contínuos de mão de obra de operário rural e jardineiro terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme previsão editalícia, desde que comprovadas a vantajosidade, a disponibilidade orçamentária, a necessidade dos serviços e a regularidade da contratada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. De acordo com o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, serviços contínuos podem ter vigência inicial de até 5 anos; contudo, adota-se prazo anual por razões de planejamento e adequação ao ciclo orçamentário.

4.3. A duração total do contrato — incluindo todas as prorrogações — não poderá ultrapassar 10 (dez) anos, conforme estabelece o art. 107, caput, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. As prorrogações seguirão os requisitos do art. 107, § 4º, com justificativa de interesse público e demonstração de que a renovação permanece mais econômica do que nova licitação. Os termos aditivos serão formalizados conforme o art. 124, observando-se o planejamento e o Estudo Técnico Preliminar, conforme o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os empregados da CONTRATADA permanecerão à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a execução dos serviços, de acordo com os locais, as rotinas e horários estabelecidos pelo CONTRATANTE. Desta forma, qualquer atividade administrativa a ser realizada pela CONTRATADA com relação aos seus funcionários nesse período, deve ser solicitada antecipadamente ao servidor responsável da CONTRATANTE pela fiscalização do contrato. Essas atividades da CONTRATADA não podem interferir no local, na rotina e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE, não podem ocasionar nenhum prejuízo na execução prioritária dos trabalhos rotineiros demandados de seus funcionários em benefício da administração pública.

4.6. A CONTRATADA não poderá compartilhar recursos humanos ou materiais de um contrato com outro, devendo assegurar dedicação exclusiva dos profissionais e equipamentos vinculados à execução contratual.

4.7. A CONTRATADA deverá permitir a fiscalização da CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos e materiais alocados, prestando todas as informações solicitadas.

4.8. Deverá ser firmado entre o IFAM/CMZL e a empresa CONTRATADA o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), destinado a balizar a execução dos serviços conforme os padrões de qualidade estabelecidos, servindo também como parâmetro para o faturamento das atividades desempenhadas.

4.9. A fiscalização da execução abrangerá todas as metas e procedimentos definidos no Termo de Referência ou Contrato, sendo passível de glosa a fatura correspondente em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

4.10. A CONTRATADA deverá adotar práticas de gestão trabalhista e de segurança no trabalho que assegurem os direitos dos empregados, o cumprimento das normas internas do CONTRATANTE e das legislações trabalhista, previdenciária e de saúde ocupacional vigentes.

4.11. São vedados quaisquer atos de discriminação ou preconceito em razão de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião ou estado civil na seleção e manutenção de empregados do quadro da empresa CONTRATADA.

4.12. Compete à CONTRATADA promover ações educativas e preventivas voltadas à formação, segurança, prevenção de riscos e boas práticas socioambientais, incentivando a economia de água e energia e a redução da geração de resíduos sólidos no ambiente de trabalho.

4.13. É obrigação da CONTRATADA administrar com eficácia as situações emergenciais decorrentes de acidentes, adotando medidas imediatas de mitigação e comunicação, de modo a reduzir impactos sobre pessoas,

instalações e o meio ambiente.

4.14. A CONTRATADA deverá conduzir suas atividades em conformidade com a legislação ambiental e trabalhista vigente, adotando medidas preventivas para evitar danos à saúde, à segurança e ao meio ambiente durante a execução dos serviços.

4.15. A CONTRATADA deverá efetuar a contratação de seus profissionais de forma regular e documentada, em observância à legislação trabalhista, previdenciária e aos acordos ou convenções coletivas de trabalho aplicáveis à categoria profissional.

4.16. A CONTRATADA deverá manter todos os equipamentos e materiais em bom estado de conservação e funcionamento, prevenindo riscos de acidentes e danos às pessoas, às instalações e aos sistemas elétricos e hidrossanitários do *Campus*, devendo realizar imediata substituição dos mesmos quando necessário.

4.17. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, observando as diretrizes do art. 6º da IN SLTI nº 01/2010 (Compras Sustentáveis) e do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, priorizando eficiência e responsabilidade ambiental.

4.18. A CONTRATADA deverá implementar práticas de redução e separação de resíduos sólidos, promovendo a coleta seletiva e a destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação específica e as políticas ambientais institucionais.

4.19. Generalidades dos Serviços:

4.19.1. Os serviços serão contratados por Posto de Trabalho.

4.19.2. Código do Catálogo de Serviços (CATSER) do objeto da contratação.

4.19.3. Serviços Agropecuários: CATSER 15300 e Jardinagem: CATSER 24309.

4.20. Mão de Obra:

4.20.1. Categorias Profissionais:

Para a execução dos serviços Agropecuários e de Jardinagem são necessários alguns profissionais com habilidades e requisitos específicos, em conformidade com Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, conforme descritos no Quadro II a seguir:

QUADRO I - CATEGORIAS DA MÃO DE OBRA		
CÓDIGO CBO	FUNÇÃO	CCT DA CATEGORIA
6210-05	OPERÁRIO RURAL	AM000038/2026
6220-10	JARDINEIRO/ROÇADOR /PODADOR	AM000038/2026

4.20.2. Os Requisitos Mínimos e Competências Pessoais da mão de obra a ser contratada estão descritas no Quadro III a seguir:

QUADRO II - REQUISITOS MÍNIMOS E COMPETÊNCIAS PESSOAIS DA MÃO DE OBRA		
FUNÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS	COMPETÊNCIAS PESSOAIS
OPERÁRIO RURAL E JARDINEIRO /ROÇADOR/PODADOR	a) Escolaridade mínima: Ensino Fundamental I completo (correspondente ao 5º ano); b) Conhecimento prévio das condições descritas no Projeto Básico e no Contrato; c) Curso de Operador de Roçadeira com carga horária mínima de 8 (oito) horas; d) Curso de Operador de Motosserra com carga horária mínima de 8 (oito) horas; e) Curso de Operador de Motopoda com carga horária mínima de 8 (oito) horas; f) Curso de Treinamento para Trabalho em Altura, conforme NR-35, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, obrigatório para os profissionais designados para execução de poda em árvores ou atividades acima de 2 m de altura; g) Habilidade comprovada para a operação segura e eficiente dos equipamentos de roçagem, visando desempenho e eliminação de riscos; h) Idoneidade comprovada mediante apresentação de certidão de antecedentes criminais atualizada, sem registros de indiciamento, processo ou condenação criminal.	a) Demonstrar resistência e condicionamento físico compatíveis com as atividades; b) Demonstrar paciência e atenção durante a execução dos serviços; c) Capacidade de trabalho em equipe; d) Iniciativa e proatividade; e) Prudência e zelo no uso de ferramentas; f) Equilíbrio físico e coordenação motora; g) Reconhecimento das próprias limitações; h) Capacidade de trabalhar em alturas, quando necessário; i) Adaptabilidade a situações adversas; j) Agilidade e eficiência nas tarefas; k) Controle emocional diante de pressões; l) Destreza manual; m) Polidez e urbanidade no trato com colegas e público.

4.20.3. Ética e normas gerais aplicadas à mão de obra a ser contratada:

Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir integralmente as normas gerais abaixo, além das atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme estabelecido nas especificações técnicas e no Termo de Referência:

- a) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho designado, ausentando-se apenas quando substituído (a) por outro(a) profissional ou mediante autorização da chefia ou do fiscal operacional;
- b) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado(a) e com unhas aparadas;
- c) Manter os cabelos cortados e/ou presos, conforme normas de segurança e higiene;
- d) Cumprir rigorosamente as normas de segurança para acesso e circulação nas dependências da CONTRATANTE;
- e) Comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer irregularidade verificada durante o serviço;
- f) Observar as normas de comportamento profissional e técnicas adequadas de atendimento ao público;
- g) Cumprir as normas internas e regulamentos do órgão;
- h) Adentrar áreas restritas apenas em caso de emergência ou quando expressamente autorizado;
- i) Zelar pela conservação do patrimônio da CONTRATANTE, mantendo o ambiente de trabalho limpo, organizado e apresentável, solicitando manutenção quando necessário;
- j) Operar, quando necessário e de forma adequada, os equipamentos e sistemas informatizados disponibilizados para execução dos serviços;
- k) Solicitar apoio técnico às unidades competentes da CONTRATANTE para a solução de falhas em máquinas e equipamentos;
- l) Conhecer as atribuições do posto que ocupa e a forma correta de utilização dos equipamentos sob sua responsabilidade;
- m) Assumir o posto portando todos os acessórios e materiais necessários ao desempenho das atividades;
- n) Ao assumir ou deixar o posto, realizar passagem de serviço, relatando as situações observadas e as ordens recebidas;
- o) Guardar sigilo e confidencialidade sobre informações ou fatos de que tiver conhecimento em razão do serviço;
- p) Manter atualizada toda a documentação de uso no posto de trabalho;
- q) Buscar orientação junto ao preposto em caso de dúvidas ou dificuldades na execução das tarefas, relatando o problema identificado;
- r) Adotar todas as providências ao seu alcance para corrigir irregularidades e agir prontamente em situações emergenciais;
- s) Comunicar imediatamente ao preposto qualquer informação relevante relacionada ao serviço;
- t) Em caso de desaparecimento de materiais, comunicar o fato ao preposto e lavrar a ocorrência por escrito;
- u) Recolher objetos ou valores encontrados nas dependências da CONTRATANTE, encaminhando-os imediatamente à Segurança ou ao preposto;
- v) Evitar tratar de assuntos particulares ou alheios ao serviço durante o expediente, inclusive pelo uso de telefone celular, prevenindo distrações e interrupções desnecessárias no desempenho das atividades de trabalho;
- w) Evitar confrontos ou discussões com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da CONTRATANTE;
- x) Tratar a todos com urbanidade, respeito e cortesia;
- y) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou relacionados ao contrato, salvo se for membro da Gestão ou Fiscalização Contratual;
- z) Abster-se de participar de manifestações, reivindicações ou disseminação de boatos nas dependências da CONTRATANTE, mantendo conduta ética e profissional.

4.20.4. Plano de Trabalho e Atribuições:

Plano de trabalho e atribuições poderá sofrer alterações em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento a demanda existente.

QUADRO III - ATRIBUIÇÕES - OPERÁRIO RURAL
<p>I. Atividades no Sistema Permacultural e de Agricultura:</p> <p>a) Preparo, manejo e recuperação do solo:</p> <p>a1) Coletar amostras de solo;</p> <p>a2) Preparar, manter e reformar canteiros e leiras;</p> <p>a3) Preparar covas (abertura, calagem e adubação);</p> <p>a4) Preparar composto orgânico, fertiprotetores e substrato;</p> <p>a5) Realizar calagem nas áreas de cultivo e experimentais;</p> <p>a6) Realizar adubação orgânica e aplicação de fertiprotetores;</p> <p>a7) Realizar práticas de conservação e recuperação do solo.</p> <p>b) Produção e manejo de mudas de espécies vegetais diversas:</p> <p>b1) Preparar canteiros de semeadura;</p> <p>b2) Coletar material para propagação (sementes, estacas);</p> <p>b3) Preparar substratos;</p> <p>b4) Semear, desbastar, repicar e transplantar;</p> <p>b5) Produzir mudas;</p> <p>b6) Realizar tratos culturais das mudas;</p> <p>b7) Realizar manejo do viveiro de mudas (limpeza, higienização e organização).</p> <p>c) À implantação e manejo de áreas cultivadas:</p> <p>c1) Preparar área (limpeza, preparo do solo - calagem, piqueteamento, preparo de covas/canteiro/leiras e adubação)</p> <p>c2) Realizar plantio, tratos culturais e colheita/beneficiamento;</p> <p>c3) Adubar, irrigar, tutorar, desbrotar, podar e transplantar mudas e plantas;</p> <p>c4) Detectar e comunicar problemas no desenvolvimento das plantas;</p>

c5) Efetuar controle fitossanitário com fertiprotetores ou extratos de plantas nas áreas cultivadas;

c6) Roçar e capinar as áreas cultivadas com ferramentas agrícolas e roçadeiras motorizadas;

c7) Cercar áreas de plantio.

d) À implantação e manejo das áreas de produção de biomassa, banco de proteína, compostagem

orgânica e de produção de biofertilizantes:

d1) Preparar área (limpeza, preparo do solo - calagem, piqueteamento, preparo de covas/canteiro

/leiras, adubação);

d2) Realizar plantio, tratos culturais, colheita/beneficiamento de espécies leguminosas e gramíneas;

d3) Realizar implantação e manejo da pastagem e capineira;

d4) Preparar composto orgânico, biofertilizantes e fitoprotetores.

e) À implantação e manejo das áreas experimentais:

e1) Preparo da área (limpeza, preparo do solo - calagem, piqueteamento, preparo de covas/canteiro/leiras, adubação)

e2) Realizar piqueteamento;

e3) Realizar plantio, tratos culturais e acompanhamento dos experimentos;

e4) Realizar colheita e beneficiamento da produção.

f) À alimentação, manejo das instalações e tratos sanitários de animais (coelhos, aves, minhocas, peixes, quelônios, caprinos, suínos, bovinos, equinos, bubalinos) e das abelhas melíferas:

f1) Fazer a alimentação dos animais;

f2) Realizar a aplicação de medicamentos nos animais e abates para aulas práticas, quando necessário;

f3) Realizar limpeza dos cascos dos animais;

f4) Auxiliar no parto de coelhos, bovinos, equinos;

f5) Auxiliar no parto de suínos, caprinos e ovinos;

f6) Realizar manutenção básica dos minhocários;

f7) Realizar despesca;

f8) Realizar limpeza do curral, pocilga, maternidade, aviários, açudes, tanques de ferro-cimento;

- f9) Manutenção básica das instalações nas unidades educativas de produção;
- f10) Coleta de solo;
- f11) Calagem;
- f12) Adubação;
- f13) Irrigação;
- f14) Implantar pasto apícola;
- f15) Plantio e replantio de gramíneas;
- f16) Roçar e capinar as áreas de plantio;
- f17) Roçar e capinar em volta das áreas de produção animal;
- f18) Lavar e pintar as instalações de criação dos animais;
- f19) Realizar pequenos reparos de carpintaria, elétrica, hidráulica e de alvenaria;
- f20) Usar equipamentos de proteção individual (EPI);
- f21) Zelar pela limpeza das áreas do entorno das estruturas produtivas;
- f22) Ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiverem desempenhando as suas tarefas.
- g) À Manutenção na área física do CRA/Permacultura:
 - g1) Roçar, capinar, varrer em volta das áreas construídas;
 - g2) Lavar e pintar as estruturas/ambientes do CRA/Permacultura;
 - g3) Manusear ferramentas e equipamentos de horticultura, produção de mudas e podas de árvores;
 - g4) Manter ambiente limpo e organizado, inclusive das áreas de uso comum (alimentação, banho e sanitário);
 - g5) Manter todas as estruturas físicas limpas e organizadas;
 - g6) Manter ferramentas limpas e em perfeito estado de uso;
 - g7) Podar as plantas frutíferas, florestais, dentre outras sempre que necessário, observando as condições de segurança previstas na NR-35 (Trabalho em Altura) e utilizando obrigatoriamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) apropriados.
- h) Ao manejo dos sistemas de captação de água da chuva, dos açudes, dos tanques de ferro-cimento e do poço artesiano:
 - h1) Realizar instalação, reparo e conservação dos telhados e calhas;
 - h2) Realizar limpeza dos tanques de ferro-cimento e dos filtros biológicos;
 - h3) Manter estruturas de armazenamento de água e de irrigação em perfeito estado de uso;

h4) Realizar manutenção dos canais de infiltração de águas pluviais;

i) Ao beneficiamento e organização de produtos agropecuários para armazenamento, plantio/criação ou comercialização:

i1) Auxiliar no transporte, carga e descarga de insumos e equipamentos móveis.

i2) Coletar, selecionar, beneficiar e preparar material propagativo;

j) À segurança no trabalho e meio ambiente:

j1) Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para a função,

conforme as Normas Regulamentadoras NR-06, NR-31 e NR-12;

j2) Zelar pela higiene, limpeza e organização do ambiente de trabalho;

j3) Ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que for designado para o desempenho de suas atividades;

j4) Zelar pela ética, respeito e bom convívio no ambiente de trabalho.

I) Atividades complementares de manutenção e mecanização agrícola:

I1) Conduzir veículos e operar máquinas e implementos agrícolas compatíveis com sua capacitação, restritos às áreas internas da unidade de produção, observando as normas de segurança previstas nas NR-12 e NR-31;

I2) Conservar e realizar pequenos reparos preventivos em máquinas, equipamentos e ferramentas sob sua responsabilidade, sem substituir funções técnicas especializadas;

I3) Executar pequenas construções e manutenções de apoio nas áreas rurais, como reparo de cercas, pintura, limpeza, nivelamento e conservação de acessos e estruturas, sempre sob orientação técnica e dentro dos limites das atribuições da categoria profissional.

II. Atividades nos Setores de Zootecnia:

a) Zootecnia I (Avicultura e Piscicultura):

a1) Preparar e higienizar as instalações e equipamentos utilizados na criação e manejo dos animais;

a2) Selecionar, manejar aves e coelhos e controlar sua sanidade;

a3) Classificar e incubar ovos;

a4) Manejar e alimentar todos os animais do setor;

a5) Controlar e monitorar o ambiente aquático;

a6) Auxiliar na implantação das instalações aquáticas;

a7) Auxiliar na organização da reprodução de animais aquáticos e cuidar de sua sanidade;

a8) Auxiliar no planejamento da criação, beneficiamento e comercialização dos animais aquáticos;

a9) Realizar pequenas manutenções nas instalações e equipamentos do setor;

a10) Proceder com a limpeza dos aviários e dos tanques de piscicultura;

a11) Executar as atividades em conformidade com as normas e procedimentos técnicos

de qualidade, biossegurança e bem-estar animal;

a12) Roçar e capinar as áreas com ferramentas agrícolas e roçadeiras motorizadas no entorno das instalações;

a13) Efetuar instalação de cercas, cercados e zelar por sua manutenção;

a14) Reparar, limpar e pintar instalações quando se tratar de pequenos serviços de conservação, sob supervisão técnica;

a15) Realizar abates para aulas práticas, quando necessário, seguindo os procedimentos éticos e sanitários vigentes;

a16) Conduzir veículos e operar máquinas e implementos agrícolas compatíveis com sua capacitação, restritos às áreas internas do Campus, observando as normas de segurança previstas nas NR-12 e NR-31;

a17) Conservar e realizar pequenos reparos preventivos em máquinas, equipamentos e ferramentas, sem substituir funções técnicas especializadas;

a18) Executar pequenas construções e manutenções de apoio nas unidades produtivas, como reparos de cercas, nivelamento, limpeza, pintura e conservação de acessos e estruturas, sempre sob orientação técnica e dentro dos limites das atribuições da categoria profissional;

a19) Estas atividades não excluem nem restringem outras que possam ser expedidas oportunamente, a critério da Administração do IFAM-CMZL.

b) Zootecnia II (Suinocultura, Caprinocultura e Ovinocultura):

b1) Cuidar da alimentação, gestação e lactação de suínos, caprinos e ovinos;

b2) Aplicar medicamentos e realizar curativos sob a orientação de veterinários e técnicos;

b3) Auxiliar no controle reprodutivo das espécies;

b4) Preparar os suínos, caprinos e ovinos para exposição e comercialização;

b5) Realizar a limpeza e o casqueamento dos animais;

b6) Auxiliar nos partos, quando necessário;

b7) Proceder com a limpeza das pocilgas, maternidades e apriscos;

b8) Apoiar o planejamento e a execução das atividades de criação, beneficiamento e comercialização desses animais;

b9) Executar todas as atividades em conformidade com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, biossegurança e bem-estar animal;

b10) Roçar e capinar as áreas com ferramentas agrícolas e roçadeiras motorizadas no entorno das instalações;

b11) Efetuar instalação de cercas, cercados e zelar pela sua manutenção;

b12) Executar pequenos reparos e serviços de conservação nas instalações, como limpeza, pintura e manutenção preventiva, sob supervisão técnica;

b13) Realizar abates para aulas práticas, quando necessário, observando as normas de sanidade e ética animal;

b14) Conduzir veículos e operar máquinas e implementos agrícolas compatíveis com sua capacitação, restritos às áreas internas da unidade de produção, observando as normas de segurança previstas nas NR-12 e NR-31;

b15) Conservar e realizar pequenos reparos preventivos em máquinas, equipamentos e ferramentas sob sua responsabilidade, sem substituição de funções técnicas especializadas;

b16) Executar pequenas construções e manutenções de apoio, como reforma de cercas, pintura, limpeza e conservação de estruturas e acessos, sempre sob orientação técnica e dentro dos limites da categoria profissional;

b17) Estas atividades não excluem nem restringem outras que possam ser expedidas oportunamente, a critério da Administração do IFAM-CMZL.

c) Zootecnia III (Bovinocultura e Equinocultura):

c1) Realizar alimentação e manejo de bovinos, bubalinos, equinos, asininos e muare, na pecuária de animais grande porte;

c2) Realizar ordenha nos bovídeos;

c3) Realizar limpeza nos cascos dos animais;

c4) Auxiliar no parto dos animais;

c5) Sob a orientação de veterinários e técnicos, cuidar da saúde dos animais e auxiliar na reprodução dos animais;

c6) Treinar e preparar animais para eventos;

c7) Realizar tratos culturais em forrageiras, pasto e outras plantações para ração animal;

c8) Realizar limpeza diária no curral;

c9) Desempenhar todas as atividades em conformidade com as normas e procedimentos técnicos de qualidade e biossegurança.

c10) Roçar e capinar as áreas com ferramentas agrícolas e roçadeiras motorizadas no entorno das instalações;

c11) Efetuar instalação de cercas, cercados e zelar pela sua manutenção.

c12) Reparar, limpar e pintar instalações;

c14) Realizar abates para aulas práticas, quando necessário.

d) Demais atividades relacionadas ao Posto de Operador Rural

d1) Zelar pela manutenção das instalações nas unidades educativas de produção;

d2) Realizar coleta de amostras de solo;

d3) Executar calagem conforme orientação técnica;

d4) Realizar adubação e irrigação das áreas de cultivo;

d5) Efetuar plantio e replantio de gramíneas;

d6) Roçar e capinar as áreas de plantio;

d7) Roçar e capinar o entorno das áreas construídas;

d8) Lavar e higienizar as estruturas e ambientes da zootecnia;

d9) Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para a função, conforme NR-06 e NR-31;

d10) Zelar pela limpeza e organização das áreas de trabalho, varrendo e coletando resíduos;

d11) Demonstrar iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade onde estiver designado;

d12) Aplicar defensivos agrícolas, caldas e fertilizantes foliares utilizando pulverizadores costais, observando as boas práticas agrícolas e as normas da NR-31;

d13) Conduzir veículos e operar máquinas e implementos agrícolas compatíveis com

sua capacitação, restritos às áreas internas da unidade de produção, conforme as normas de segurança das NR-12 e NR-31;

d14) Conservar e realizar pequenos reparos preventivos em máquinas, equipamentos e ferramentas sob sua responsabilidade, sem substituição de funções técnicas especializadas;

d15) Executar pequenas construções e manutenções de apoio, como reparo de cercas, pintura, limpeza e conservação de acessos e estruturas, sempre sob supervisão técnica e dentro dos limites das atribuições da categoria profissional;

d16) Auxiliar na recepção de fornecedores externos, no transporte, na carga e descarga de insumos e equipamentos móveis;

d17) Estas atividades não excluem nem restringem outras que possam ser expedidas oportunamente, **como em eventos com a participação da instituição**, a critério da Administração do IFAM/CMZL.

QUADRO III - ATRIBUIÇÕES - JARDINEIRO/ROÇADOR/PODADOR

- a. Realizar limpeza nas dependências do campus como capina, poda, roçagem e bosqueamento utilizando ferramentas agrícolas.
- b. Observar os requisitos de segurança quando da utilização de ferramentas agrícolas,
- c. Adubar covas, plantações e jardins;
- d. Aplicar calcário em solo;
- e. Efetuar manutenções de primeiro nível em equipamentos agrícolas;
- f. Realizar a lavagem e limpeza de ferramentas e equipamentos agrícolas
- g. Preparar e nivelar o solo para o plantio e controlar suas condições de uso, bem como as condições e necessidades das plantas.
- h. Podar ou aparar árvores, arbustos, cercas vivas e gramas, utilizando tesouras, podadores, roçadeiras, trator-roçador e motosserras.
- i. Coletar, selecionar, preparar e introduz sementes, bulbos e mudas e cobertura de solos, cavando e sulcando a área para o plantio.
- j. Irrigar as áreas plantadas, ajustando a quantidade de água, conforme a necessidade hídrica das plantas.
- k. Faz irrigação ou pulverização de fertilizantes, herbicidas ou inseticidas operando sistemas automáticos ou pulverizadores manuais.
- l. Monitorar o aparecimento de doenças e plantas invasoras. Pode providenciar amostras do solo para análise.
- m. Harmonizar e tratar diferentes espécies de flores e plantas ornamentais, em épocas determinadas, para manutenção dos jardins.
- n. Pode criar esculturas em vegetação e cercas vivas e decorar jardins com vasos, floreiras, mosaicos, pedras e enfeites.
- o. Pode orientar os clientes sobre a seleção e o tratamento de plantas.
- p. Zelar pela limpeza, organização e manutenção dos instrumentos, equipamentos e materiais de jardinagem.
- q. Auxiliar na recepção de fornecedores externos, transporte, carga e descarga de insumos e equipamentos móveis.
- r. Estas atividades não excluem nem restringem outras que possam ser expedidas oportunamente, como em eventos com a participação da instituição, a critério da Administração do IFAM/CMZL.

4.21. Dos Horários da prestação dos serviços:

4.21.1. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora para almoço ou jantar.

4.21.2. A carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais será assim distribuída: 40 horas de Segunda a Sexta e 4 horas no Sábado ou no Domingo (em regime de escala de revezamento), a depender da necessidade da Instituição.

4.21.2.1. O quadro de escala de revezamento deverá ser mensalmente organizado pela Contratada, a qual deverá ser disponibilizado ao Órgão, sujeito à fiscalização, observando os requisitos das normas trabalhistas vigentes como a determinação de não deixar os colaboradores sem folgar aos domingos por mais de 7 (sete) semanas seguidas e respeitando o Art. 67 da CLT, que assegura a todo empregado ter um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas. Dessa forma, não há previsão de pagamento de horas extras ou necessidade de Banco de Horas, pois o terceirizado que estiver escalado para trabalhar no Domingo terá o Sábado (dia anterior) para o seu descanso semanal.

4.21.3. Os serviços deverão ser distribuídos entre o horário de 6:00 às 22:00 horas, a depender da necessidade da Instituição.

4.21.4. Não estão autorizadas pela Administração a realização de hora extra e nem de trabalho noturno após às 22h.

4.21.5. Os horários de início e fim das jornadas poderão ser alterados por necessidade da Administração, desde que devidamente justificados e comunicados à Contratada com antecedência mínima de 48 horas;

4.21.6. A duração diária da jornada trabalhista de cada funcionário respeitará os limites estabelecidos pela legislação;

4.21.7. O excesso de horas trabalhadas em um dia deverá ser compensado pela correspondente diminuição em outro (compensação da jornada de trabalho) e respeitará os limites legais, bem como o pactuado nas negociações coletivas. É responsabilidade da empresa a fiscalização da jornada.

4.21.8. O trabalho em feriados eventualmente poderá ser requerido, ocasião em que haverá a compensação do trabalho realizado através de folga em outro dia;

4.21.9. Como a medição do contrato se dará com base no serviço realizado e não apenas na pontualidade e assiduidade de seus funcionários, é responsabilidade da empresa fiscalizar a jornada de trabalho de seus

empregados.

4.21.9. Eventuais faltas e atrasos de funcionários que impactem na qualidade da prestação dos serviços poderão ensejar multas bem como alterações no índice de medição do resultado, que impactam no valor da nota fiscal a ser paga;

4.21.10. A contratada deve realizar o registro da hora de entrada e saída de cada empregado, por meio de folha de ponto, em registro manual, mecânico ou eletrônico, que deverá ser assinado diariamente pelo empregado, mensalmente homologado pela sua chefia, e após isso, submetidos à fiscalização administrativa do contrato para fins de medição e ateste para o pagamento pelos serviços prestados no período;

4.21.11. As Fiscalizações Técnicas e Administrativas do Contrato devem conferir se os limites legais das jornadas de trabalho estão sendo respeitados.

4.21.12. A execução dos serviços será iniciada em até 15 dias após a assinatura do contrato.

4.22. Modelo de gestão de contratação e critérios de medição:

4.22.1. Atores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato compreendem:

Gestor de Contratos - Fiscais Administrativos - Fiscais Técnicos Operacionais.

4.22.2. O gestor do Contrato terá a função de coordenar das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

4.22.3. O Fiscal Técnico será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

4.22.4. O Fiscal Administrativo fará o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

4.22.5. Os contatos serão realizados com a figura do Preposto, representante designado pela empresa para tratar de assuntos relacionados à execução do contrato e sanar possíveis inconsistências ou incompatibilidades nas atividades executadas.

4.22.6. As comunicações serão realizadas via ofícios, e-mail ou dependendo da emergência ou necessidade da celeridade da informação via telefone, sendo que a Contratada deverá dar o tratamento adequado às solicitações em todas as formas de comunicação elencadas.

4.22.7. A aferição do resultado dos serviços a título de remuneração será realizada com base no IMR – Instrumento de Medição de Resultados, sendo que somente após a informação dos resultados poderá ser realizada emissão de Nota Fiscal pela Contratada.

4.22.8. Os indicadores mínimos de qualidade de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços estão elencados no IMR.

4.23. Dos Uniformes:

4.23.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

4.23.2. Deverão ser entregues **2 (dois)** conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo serem substituídos com **2 (dois)** novos conjuntos completos de uniforme a cada **06 (seis) meses**, ou a qualquer época, no prazo máximo de **72 (setenta e duas)** horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

4.23.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

4.23.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.23.5. A relação completa dos Uniformes está descrita no **ANEXO A**.

4.24. Dos Equipamentos de Proteção Individual:

4.24.1. A especificação dos EPI'S é estimativa e foi considerada para o Posto de Operário Rural e Jardineiro por realizar tarefas com equipamentos cortantes. A relação encontra-se no **ANEXO B** deste documento.

4.24.2. Cabe à CONTRATADA considerar em sua proposta a relação de EPI'S de que necessita para a correta prestação dos serviços.

4.24.3. Os EPI'S deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.25 Dos Materiais e insumos:

4.25.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à realização dos serviços contratados, promovendo sua substituição quando necessário.

4.25.2. Para o cálculo do custo desta contratação, os materiais serão contabilizados de duas formas, a saber:

4.25.2.1. MATERIAIS DE CUSTO FIXO: São aqueles inseridos na planilha de composição do custo do Posto de Trabalho ou do m². Neste grupo serão apenas os Equipamentos (Ex: Motopoda), lançado na Planilha no Módulo 5 - Insumos Diversos, item C "Equipamentos (uso coletivo Depreciação)". Junto ao custo de Depreciação, será incluída a Taxa de manutenção do Equipamento, conforme descrito no item **4.27.9.3.**

4.25.2.2 MATERIAIS DE CUSTO VARIÁVEL: São aqueles a serem entregues por demanda, conforme a necessidade e considerando o saldo existente em estoque. Neste grupo serão os Utensílios/Ferramentas (Ex: Vassoura, Mangueira, Rodo, Ancinho, Pá, Terçado). Esses custos serão contabilizados a cada medição, conforme a conferência do material efetivamente entregue. Os custos destes materiais serão os mesmos apresentados pela Contratada em sua proposta vencedora e, sobre estes, a Contratada deverá aplicar seus próprios percentuais dos Custos Indiretos & Lucro, bem como os percentuais dos Tributos (PIS, COFINS E ISS).

4.25.3. Os Materiais e insumos deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.26. Quantitativos, formas de entrega e contabilização dos Utensílios/Ferramentas:

4.26.1. Os quantitativos de materiais e utensílios são estimativos e serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme a quantidade efetivamente entregue no mês, após conferência pela fiscalização do contrato. Estes comporão os CUSTOS VARIÁVEIS da contratação e NÃO serão contabilizados no valor do custo fixo do posto.

4.26.2. Os insumos que compõem os CUSTOS VARIÁVEIS deverão ser entregues conforme orientações a seguir:

4.26.3. O planejamento para a formalização do pedido mensal dos materiais será consolidado pela Coordenação de Manutenção e Logística, juntamente com a Fiscalização Técnica e este deverá ser encaminhado ao Departamento de Infraestrutura Logística para validação e envio a Empresa Contratada.

4.26.4. A Contratada fará a entrega dos materiais solicitados no prazo de **até 7 (sete) dias úteis a contar da data da solicitação.**

4.26.5. Nos meses subsequentes, a eventual existência de saldos poderá implicar redução equivalente no valor da fatura ou, ainda, a eventual aplicação de quantitativo do produto superior ao estimado.

4.26.6. Todos os produtos encaminhados deverão estar acompanhados de relação completa com seus quantitativos, os quais deverão ser recebidos e conferidos pelo Setor de Almoxarifado do CMZL, acompanhado pelo responsável pela fiscalização técnica;

4.26.7. Os materiais entregues serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme o quantitativo consumido no mês, após conferência do setor responsável pela fiscalização do contrato e os preços serão os mesmos constantes na Planilha de Custo apresentada na proposta da Contratada;

4.26.8. A indicação de marcas dos materiais de consumo, insumos e utensílios é utilizada pela Administração como meio de aferir a qualidade mínima dos itens fornecidos pela CONTRATADA.

4.26.9. Caso a licitante informe em sua proposta de preços uma marca diferente daquelas indicadas neste documento, o produto deverá possuir padrões de qualidade no mínimo igual, ou superior, aos indicados, sendo que, nesse caso, será previamente avaliado pela Administração para fins de aceitabilidade.

4.26.10. A empresa poderá apresentar listagem diferente, conforme sua estratégia.

4.26.11. Caso a qualidade ou quantidade fornecida não se mostre adequada à prestação de serviço, impactando negativamente no resultado apresentado pela empresa, essa estará sujeita às sanções pertinentes, bem como à redução do seu IMR.

4.26.12. A não aceitação pela Administração do produto indicado pelo licitante não acarretará, em hipótese alguma, aumento dos custos do contrato.

4.26.13. Todos os produtos acima relacionados deverão ser de primeira qualidade e sujeitos à prévia aprovação da Gestão da contratação e recebidos pela Fiscalização Técnica da contratação.

4.26.14. **Para a prestação dos serviços agropecuários, a relação das Ferramentas e Utensílios está descrita no ANEXO D deste documento.**

4.27 Quantitativos, formas de entrega e contabilização dos Equipamentos:

4.27.1. A relação e especificação dos equipamentos constantes neste Termo de Referência são estimativas, servindo de base para composição de custos e dimensionamento da proposta.

4.27.2. Cabe à CONTRATADA considerar, em sua proposta, todos os equipamentos adicionais necessários para garantir a execução integral dos serviços e o alcance das produtividades estabelecidas neste Termo de Referência, sem ônus adicional à Contratante.

4.27.3. Todos os equipamentos deverão ser entregues nas dependências do IFAM – *Campus* Manaus Zona Leste, após a assinatura do contrato, em data previamente agendada com a Fiscalização Técnica e acompanhada de nota fiscal, manual do fabricante e termo de recebimento.

4.27.4. Todos os equipamentos deverão ser disponibilizados com todos os acessórios e insumos necessários ao seu pleno funcionamento, devendo operar de forma contínua durante a jornada de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

4.27.5. Os equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, poderão ser armazenados nos setores específicos de uso, de acordo com o interesse da administração.

4.27.6. A Contratada deverá substituir qualquer equipamento danificado, defeituoso ou inoperante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo à execução dos serviços.

4.27.7. Os equipamentos deverão cumprir integralmente as exigências de segurança e sinalização previstas nas NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos) e NR-31 (Segurança e Saúde no Trabalho Rural), bem como demais normas aplicáveis.

4.27.8. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos será de responsabilidade exclusiva

da Contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional.

4.27.9. Para fins de composição de custos, deverá ser considerada taxa de depreciação e manutenção mensal do Anexo B - Relação de Equipamentos (Custo Fixo) do Termo de Referência.

4.27.10. Itens de FORNECIMENTO OBRIGATÓRIO para o bom funcionamento dos equipamentos para execução dos Serviços Agropecuários:

a. INSUMOS E ACESSÓRIOS PARA AS ROÇADEIRAS/ Mês (para 5 UNID)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL
1	Óleo lubrificante mineral para motores 2 Tempos (protege o motor contra corrosão e desgaste).	FRASCO 500 ML	6
2	Fio de Nylon Quadrado para Roçadeira. Dimensão: 3,0mm x 312metros - Rolo Fechado 312-325metros.	ROLO	0,5
3	Cabeçote de Corte para Roçadeira (fio).	UNIDADE	1
4	Lâmina de Corte para Roçadeira (Marca Ref. STIHL FS 290).	UNIDADE	1,5

b. INSUMOS E ACESSÓRIOS PARA A MOTOSERRA/ Mês (para 1 UNID)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL
1	Óleo lubrificante mineral para motores 2 Tempos (protege o motor contra corrosão e desgaste).	FRASCO 500 ML	1
2	Corrente Motosserra STIHL MS 460.	UNIDADE	1

3	Óleo lubrificante para corrente desenvolvido especialmente para lubrificação de sabres e correntes de motosserras, possui propriedades de adesividade, antidesgaste e antigotejante que oferecem desempenho, proteção contra o desgaste causado por choques de cargas e resistência às condições severas. O lubrificante forma uma película no conjunto de corte do equipamento resistente durante a aplicação, assegurando proteção adequada e maior vida útil das partes metálicas (corrente/sabre). Além disso, oferece economia e praticidade, pois mantém as partes lubrificadas e evita o gotejamento involuntário do óleo. Recomendado para uso todos os tipos de motosserras. Disponível em embalagem de 1 litro. Referência Castrol Magnum para STIHL.	FRASCO 01 LITRO	0,5
4	Lima para amolar corrente de motosserra STIHL MS 460.	UNIDADE	0,25

c. INSUMOS E ACESSÓRIOS PARA AS MOTOPODAS (para 4 UNID)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL
1	Óleo lubrificante mineral para motores 2 Tempos (protege o motor contra corrosão e desgaste).	FRASCO 500 ML	1
2	Corrente de Motopoda STIHL HT 131.	UNIDADE	1

3	Óleo lubrificante para corrente desenvolvido especialmente para lubrificação de sabres e correntes de motosserras, possui propriedades de adesividade, antidesgaste e antigotejante que oferecem desempenho, proteção contra o desgaste causado por choques de cargas e resistência às condições severas. O lubrificante forma uma película no conjunto de corte do equipamento resistente durante a aplicação, assegurando proteção adequada e maior vida útil das partes metálicas (corrente /sabre). Além disso, oferece economia e praticidade, pois mantém as partes lubrificadas e evita o gotejamento involuntário do óleo. Recomendado para uso todos os tipos de motosserras. Disponível em embalagem de 1 litro. Referência Castrol Magnum para STIHL.	FRASCO 01 LITRO	1,5
4	Lima para amolar corrente de Motopoda STIHL HT 131.	UNIDADE	0,25

4.27.9.1. As listas supracitadas nos quadros a, b e c, se referem aos Insumos e acessórios necessários para o quantitativo total de equipamentos solicitados no contrato para a execução dos serviços Agropecuários. Nessas tabelas de insumos as quantidades estão estimadas por mês e o seu fornecimento será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA:

4.27.9.2 O abastecimento de combustível (gasolina) dos equipamentos utilizados na execução dos serviços agropecuários — roçadeiras, motosserras e motopodas — será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, que fornecerá o insumo de forma direta, mediante controle e registro de consumo junto à Fiscalização Técnica.

4.27.9.3 Para os equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços, somente o valor correspondente à depreciação e à taxa de manutenção (0,72% a.m.) deverá constar na planilha de formação de preços, sendo contabilizado como custo fixo da contratação e rateado proporcionalmente entre os postos de trabalho previstos no contrato.

a) Para o cálculo da Taxa de Manutenção de 0,72% a.m., adotou-se a metodologia descrita nas Tabelas de Composições de Preços para Orçamentação (Editora Pini) e no Manual de Custos Rodoviários do DNIT – Volume 1 (2003), considerando equipamentos de pequeno porte (≈1,5 HP) com utilização média de 90 horas/mês, conforme a fórmula:

$M = k \times 90 \times V / V_u$, em que:

M = custo de manutenção mensal;

k = coeficiente de manutenção (0,8), conforme DNIT/SICRO2;

V_u = vida útil em horas (10.000 h);

V = valor de aquisição do equipamento (R\$).

Assim, a manutenção mensal será obtida pela expressão:

Manutenção = Valor total dos equipamentos × 0,72% a.m.

b) Fica facultado à Contratada adotar metodologia própria para definição dos custos de manutenção de seus equipamentos, desde que o valor final esteja devidamente justificado e compatível com as condições de mercado e produtividade exigidas.

4.27.10. A relação completa dos equipamentos destinados aos serviços de limpeza, conservação e serviços agropecuários, com suas respectivas especificações técnicas, valores de depreciação e taxa de manutenção, encontra-se descrita no Anexo D deste documento.

4.28. Dos Horários da prestação dos serviços:

4.28.1. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição e descanso.

4.28.2. A carga horária semanal será distribuída em 40 horas de segunda a sexta-feira e 4 horas aos sábados ou domingos, conforme escala de revezamento organizada pela Contratada, de acordo com a necessidade da Contratante.

4.28.3. A escala mensal de revezamento deverá ser elaborada pela Contratada e submetida previamente à aprovação da Fiscalização do Contrato. O planejamento deverá observar as normas trabalhistas vigentes, em especial o art. 67 da CLT, assegurando descanso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas e evitando a execução de trabalho aos domingos por mais de 7 (sete) semanas consecutivas. Dessa forma, não haverá pagamento de horas extras nem formação de banco de horas, uma vez que o empregado escalado para o domingo terá o sábado anterior como dia de descanso.

4.28.4. Os serviços deverão ser executados dentro do horário compreendido entre 6h00 e 22h00, de acordo com a necessidade da Instituição.

4.28.5. É vedada a realização de horas extras e de trabalho noturno após as 22h, salvo autorização prévia e formal da Contratante, mediante justificativa e observância dos limites legais.

4.26.7. Os horários de início e término das jornadas poderão ser ajustados por necessidade operacional, desde que comunicados à Contratada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e devidamente registrados em relatório de controle de execução.

4.28.8. A duração diária da jornada de cada trabalhador respeitará os limites previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), devendo eventuais excessos ser compensados em outro dia da semana, conforme legislação e eventual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

4.28.9. O trabalho em feriados poderá ser requisitado pela Contratante, sendo obrigatória a compensação do dia trabalhado mediante folga em data acordada com a Fiscalização.

4.28.10. A medição do contrato será realizada com base no resultado efetivo dos serviços prestados, e não apenas na assiduidade ou pontualidade da mão de obra. A Contratada é integralmente responsável pela fiscalização interna da jornada de seus empregados.

4.28.11. Faltas ou atrasos injustificados que impactem a qualidade ou a continuidade dos serviços poderão ensejar glosa de valores, aplicação de multas contratuais e/ou redução no Índice de Medição de Resultados (IMR).

4.28.12. A Contratada deverá manter controle individualizado de jornada, mediante registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme Portaria MTP nº 671/2021, devendo os registros serem assinados

diariamente pelos empregados, homologados mensalmente pela chefia imediata e encaminhados à Fiscalização Administrativa do Contrato para fins de medição e ateste.

4.28.13. As Fiscalizações Técnica e Administrativa do Contrato deverão verificar periodicamente o cumprimento da jornada legal, comunicando à Gestão do Contrato qualquer indício de descumprimento trabalhista ou de sobrecarga de trabalho.

4.28.14. As regras de revezamento e de controle de jornada aqui estabelecidas observam a legislação trabalhista vigente e as diretrizes aplicáveis às contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133, de 2021, sendo de observância obrigatória durante toda a execução contratual.

4.29. Obrigações da Contratante

4.29.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme as cláusulas contratuais, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas vigentes.

4.29.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por agentes designados, mantendo registros formais das ocorrências, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 73/2022.

4.29.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas, fixando prazo para correção.

4.29.5. Autorizar a realização de horas extras somente quando estritamente necessário e formalmente justificado, observada a legislação trabalhista.

4.29.6. Realizar os pagamentos à Contratada conforme condições estabelecidas no contrato.

4.29.7. Efetuar as retenções tributárias cabíveis, conforme legislação vigente.

4.29.8. Abster-se de praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

4.29.8.1. Exercer poder de mando direto sobre empregados da Contratada;

4.29.8.2. Direcionar contratações de pessoal;

4.29.8.3. Aceitar desvio de função dos trabalhadores;

4.29.8.4. Considerar empregados da Contratada como servidores eventuais, especialmente para concessão de diárias e passagens.

4.29.9. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de FGTS.

4.29.10. Analisar documentos de rescisões trabalhistas dos empregados vinculados à execução, no prazo legal.

4.29.11. Fornecer todas as informações necessárias para execução dos serviços.

4.29.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.

4.29.13. Acionar a Procuradoria Federal ou órgão de representação judicial em caso de descumprimento contratual relevante.

4.29.14. Arquivar documentos relacionados ao contrato, incluindo relatórios de fiscalização.

4.29.15. Fiscalizar o cumprimento de requisitos legais aplicáveis aos benefícios de preferência, quando houver.

4.29.16. Garantir condições adequadas de segurança e saúde no local de execução, quando os serviços ocorrerem em suas dependências.

4.30. Obrigações da Contratada

4.30.1. Executar os serviços conforme especificações contratuais, alocando empregados necessários e disponibilizando materiais, ferramentas e EPIs adequados.

4.30.2. Reparar, corrigir ou substituir serviços com vícios ou defeitos, sem ônus para a Contratante.

4.30.3. Manter a execução dos serviços nos horários definidos.

4.30.4. Responsabilizar-se por danos decorrentes da execução, ressarcindo a Administração quando necessário.

4.30.5. Utilizar empregados habilitados e capacitados.

4.30.6. Observar o Decreto nº 7.203/2010 quanto à vedação de trabalho de familiares de ocupantes de cargos de direção no órgão contratante.

4.30.7. Disponibilizar empregados uniformizados e identificados, providos com EPIs.

4.30.8. Fornecer uniformes sem repassar custos aos trabalhadores.

4.30.9. Apresentar, no primeiro mês e sempre que houver substituições:

- Relação de empregados;
- CTPS assinada;
- Exames admissionais;
- Declaração de responsabilidade pelos encargos trabalhistas.

4.30.10. Apresentar lista de empregados que optarem por não receber vale transporte.

4.30.11. Quando não for possível verificar regularidade via SICAF, apresentar as certidões fiscais, previdenciárias e trabalhistas exigidas.

4.30.12. Substituir empregado ausente no prazo de até 4 horas.

4.30.13. Cumprir integralmente convenções e acordos coletivos aplicáveis.

4.30.14. Efetuar pagamento de salários por meio de depósito em conta do trabalhador.

4.30.15. Autorizar a Administração a reter e pagar diretamente salários e encargos, em caso de inadimplemento.

4.30.16. Impedir que empregado atue em turnos consecutivos.

4.30.17. Atender solicitações de substituição de empregados inadequados.

4.30.18. Instruir empregados quanto às normas internas da Administração.

- 4.30.19. Orientar empregados sobre suas atribuições, evitando desvio de função.
- 4.30.20. Adotar medidas para garantir acesso dos empregados às informações trabalhistas e previdenciárias.
- 4.30.21. Manter preposto para acompanhamento do contrato.
- 4.30.22. Relatar irregularidades verificadas.
- 4.30.23. Comprovar cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e FGTS, sob pena de retenção de pagamento.
- 4.30.24. Não empregar menores em condições vedadas pela CLT.
- 4.30.25. Manter condições de habilitação durante toda a vigência contratual.
- 4.30.26. Guardar sigilo sobre informações obtidas no contrato.
- 4.30.27. Não beneficiar-se do Simples Nacional quando configurada cessão de mão de obra.
- 4.30.28. Comunicar à Receita Federal a contratação que implique exclusão do Simples Nacional. Assumir ônus de erros no dimensionamento de custos e quantitativos.
- 4.30.29. Comunicar ao fiscal, em até 24 horas, quaisquer anomalias ou acidentes.
- 4.30.30. Disponibilizar informações solicitadas pela Administração.

4.31. Demais Requisitos

- 4.31.1. Deverá ser firmado entre o órgão e a contratada Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com o propósito de definir parâmetros objetivos para o acompanhamento, a avaliação e o controle da execução dos serviços, conforme os padrões de qualidade estabelecidos.
- 4.31.2. É de responsabilidade da contratada, na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental vigente, adotando práticas voltadas à gestão sustentável dos serviços, observados os critérios de desempenho e os mecanismos de acompanhamento e avaliação definidos nos Instrumentos de Medição de Resultado (IMR), em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis.
- 4.31.3. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada quando exigido em lei, para a prestação dos serviços, bem como fornecer os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à adequada execução das atividades relativas à contratação.
- 4.31.4. A contratada deverá observar a legislação trabalhista vigente, as normas coletivas da categoria profissional, bem como as normas internas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis ao local de execução dos serviços.
- 4.31.5. É obrigação da contratada promover o treinamento e a capacitação periódica de seus empregados quanto às Normas Internas, às normas de Segurança e Medicina do Trabalho, à prevenção de incêndios e às práticas de redução do consumo de água, energia e da geração de resíduos, de modo a incorporar as lições aprendidas durante a execução contratual.
- 4.31.6. É de responsabilidade da contratada o fornecimento, em perfeito estado de conservação e uso,

dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários aos seus empregados, garantindo condições adequadas de saúde e segurança durante a execução dos serviços.

4.31.7. A contratada deverá manter os equipamentos, ferramentas e demais materiais utilizados na prestação dos serviços em adequado estado de funcionamento, de forma a evitar riscos às pessoas e danos às instalações hidrossanitárias, elétricas e demais bens da Administração.

4.31.8. Os serviços que demandarem a utilização de veículos automotores deverão priorizar a redução de emissões de gases poluentes, mediante o uso de veículos classificados como “A” ou “B” no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, bem como a utilização de biocombustíveis, sempre que possível.

4.31.9. É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício de água potável, promovendo a verificação periódica do funcionamento dos equipamentos, bem como a adoção de práticas de racionalização do consumo.

4.31.10. A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica, priorizando a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), quando aplicável. Somente será admitida a utilização de equipamentos que possuam o Selo Ruído, com indicação do nível de potência sonora, conforme regulamentação específica do CONAMA e orientações do INMETRO, de modo a reduzir riscos à saúde dos trabalhadores e demais usuários expostos a níveis excessivos de ruído.

4.31.11. A contratada deverá adotar práticas voltadas à redução da geração de resíduos sólidos, realizando a segregação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão na fonte geradora, bem como a coleta seletiva, em conformidade com a legislação aplicável.

4.31.12. É obrigação da contratada observar as Normas Brasileiras (NBR) aplicáveis à gestão de resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.31.13. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou materiais sob responsabilidade da contratada, deverão atender aos limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme a Resolução CONAMA nº 401/2008 e suas alterações.

4.31.14. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitada pela contratante, a composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços.

4.31.15. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de saneantes domissanitários classificados como de Risco I, conforme disposto na Resolução RDC nº 184, de 22 de outubro de 2001, ou norma que venha a substituí-la.

4.31.16. É permitida a utilização de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, nos termos da Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários previstos na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto de 2010, ou normas supervenientes.

4.31.17. É de responsabilidade da contratada assegurar a não utilização de produtos que contenham substâncias perigosas acima dos limites permitidos, observados os critérios de biodegradabilidade dos tensoativos, toxicidade aquática e teor de fósforo, conforme legislação e regulamentos aplicáveis.

4.31.18.

4.31.19. É permitida a utilização de produtos que sejam comprovadamente derivados de matérias-primas naturais, desde que atendidas as exigências legais e regulamentares vigentes.

4.32. Requisitos Legais e Regulamentares

4.32.1. A contratada deverá manter observância contínua às normas legais e regulamentares aplicáveis à execução contratual, sem prejuízo de outras que venham a ser editadas durante a vigência do contrato, especialmente:

- a) **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT)** – Consolidação das Leis do Trabalho e alterações posteriores;
- c) **Leis nº 8.212/1991 e nº 8.213/1991** – Custeio da Seguridade Social e Regime Geral de Previdência Social;
- d) **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012** – critérios e práticas de desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas;**Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018** – execução indireta de serviços no âmbito da Administração Pública Federal;
- e) **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**, conforme Portaria nº 397/2002, e as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas;
- f) **Instrução Normativa SEGES/ME nº 01, de 19 de janeiro de 2010** – critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas federais;
- g) **Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31)** – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura;
- h) **Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35)** – Trabalho em Altura;
- i) **Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16 (NR-15 e NR-16)** – Atividades e Operações Insalubres e Perigosas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento das soluções possíveis considerou contratações semelhantes realizadas pela Administração Pública. Para isso, foi efetuada busca e consulta aos documentos de planejamento de outras licitações, por meio de pesquisa junto ao Portal de Compras do Governo Federal (p. ex. pesquisa de Preços e pesquisa textual de editais), conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO IV – SOLUÇÕES DE MERCADO VERIFICADAS		
REQUISITOS	SOLUÇÃO	CONTRATANTE
Todos os requisitos elencados com prestação dos Serviços Agropecuários com o fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos.	Contrato: Nr. 02 /2021 (quarto aditivo), vigente até 12/04/2026. PROCESSO: 23073.000731/2020-59	158444 - INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - IFAM - CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

Todos os requisitos elencados com prestação dos Serviços Agropecuários sem o fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos.	Pregão Eletrônico Nr. 90569/2024	158125 - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS RIO DO SUL
Todos os requisitos elencados com prestação dos Serviços Agropecuários com o fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos.	Pregão Eletrônico Nr. 90038/2025	158148 - INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - IFRO

5.2. Algumas contratações para operador rural e jardineiro elencadas acima, compreendem os requisitos de:

5.2.1 Prestação do serviço continuado e com mão de obra com dedicação exclusiva;

5.2.2. Prestação do serviço conjugada com o fornecimento dos materiais/ utensílios/ferramentas, sendo o fornecimento e o custo destes materiais contabilizado de duas maneiras, a saber:

- a. Custo dos materiais considerado como CUSTO FIXO, inserido dentro da planilha de composição de custo do Posto de Trabalho.
- b. Custo dos materiais considerado como CUSTO VARIÁVEL, controlado e pago à parte, conforme entrega efetiva.

5.3 Apenas uma dessas propostas, não atende a alínea b do item 5.2.2 deste documento que prevê o fornecimento de materiais e utensílios e ferramentas como custo variável contabilizados conforme a entrega dos mesmos por demanda.

5.4 Foi observado que o modelo de contratação com materiais/utensílios/ferramentas inclusos como custo fixo no valor do posto de trabalho não estimula que os fiscais e também as empresas prestadoras dos serviços realizem de forma efetiva o acompanhamento da utilização destes itens, visto que o valor referente ao consumo dos materiais está incorporado ao custo fixo do posto de trabalho, ou seja, se estes materiais forem consumidos ou não, o valor a ser pago por estes sempre será o mesmo.

5.4 A ausência deste acompanhamento efetivo, sob a justificativa de que não alteraria o valor do contrato, não favorece que no momento do planejamento da contratação sejam realizados os ajustes necessários na estimativa dos quantitativos destes insumos, gerando sempre contratações idênticas e/ou com ajustes não muito efetivos.

5.5 De outra forma, a adoção do formato de custo variável para a lista de materiais e insumos de equipamentos a serem solicitados por demanda pelo CONTRATANTE, incentivará aos fiscais e as empresas contratadas maior controle, através de acompanhamentos e conferências de todos os itens entregues e utilizados pela Administração, além de permitir que sejam pagos apenas os insumos e materiais realmente utilizados na prestação dos serviços.

5.6. Com base nas pesquisas de mercado realizadas, foi observada uma ampla diversidade de prestadores desses serviços com experiência e capacidade operacional para o atendimento das demandas da contratação proposta pelo IFAM *Campus* CMZL, podendo se caracterizar o objeto desta como um serviço comum.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O levantamento das soluções possíveis considerou contratações semelhantes realizadas pela Administração Pública. Para isso, foi efetuada busca e consulta aos documentos de planejamento de outras licitações, por meio

de pesquisa junto ao Portal de Compras do Governo Federal (p. ex. pesquisa de Preços e pesquisa textual de editais), conforme demonstrado no quadro a seguir:

6.2 A modalidade de licitação com o valor estimado sigiloso deve ser preferida, para estimular a maior participação dos preponentes na disputa de lances durante o pregão eletrônico e consequente obtenção da proposta mais vantajosa à administração.

6.3 No mesmo sentido, da experiência adquirida pela execução do Contrato Nr. 02/2021, se observou que ele se mostrou eficiente em suprir as necessidades do IFAM *Campus* CMZL, sendo necessário apenas alguns ajustes pontuais para melhor adequação desta nova contratação às suas necessidades atuais da instituição e a legislação vigente.

6.4 Desta forma, diversos termos dispostos no Contrato Nr. 02/2021 são a base deste estudo preliminar e serão mantidos no novo processo de contratação. Dentre os termos a mantidos estão o tipo e a quantidade e a distribuição dos postos de trabalho nos setores da instituição.

6.5 Conforme foi observado na execução do Contrato Nr. 02/2021, a modalidade licitação em grupo para a contratação dos dois postos de trabalho deve ser mantida, visando facilitar a gestão e reduzir os custos da contratação dos serviços.

6.6 Manter uma única empresa para fornecer os dois itens da licitação, permitirá que os equipamentos fornecidos sejam comutados entre os dois postos de trabalho, reduzindo assim a lista de equipamentos solicitada nesse processo e, o controle e a estrutura de armazenamento a ser disponibilizada à CONTRATADA pela instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Serviços agropecuários e jardinagem:

7.1.1. Os serviços agropecuários e jardinagem se referem especificamente, ao fornecimento de mão de obra contínua e especializada para os postos de trabalho de Operário rural e Jardineiro/Roçador, dentro das especificações e exigências do contrato a ser estabelecido.

7.1.2. O quantitativo de postos de trabalho foi mensurado com base no Estudo Preliminar e análise de desempenho do Contrato Nr. 02/2021 e seus aditivos, referente ao Processo n. 23073.000731/2020-59 que vem sendo cumprido nesta instituição, desde o ano de 2021.

7.1.3. Desta forma, o quantitativo de postos de trabalhos desta nova contratação, será o mesmo ao estabelecido no contrato supra citado. Quais sejam: 10 postos de operador rural e 2 postos de jardineiro /roçador/podador, num total de 12 (doze) postos de trabalho para atender aos seguintes setores /demandas do IFAM/CMZL:

QUADRO V - CÁLCULO ESTIMATIVO PARA MÃO DE OBRA – OPERADOR RURAL E JARDINEIRO/ROÇADOR/PODADOR	
SETORES / DEMANDAS	QUANTIDADE
ZOOTECNIA I (AVICULTURA E PISCICULTURA)	1
ZOOTECNIA II (SUINOCULTURA)	1

ZOOTECNIA III (BOVINOCULTURA E EQUINOCULTURA)	1
SISTEMA PERMACULTURAL, CAPRINOCULTURA E OVINOCULTURA	4
AGRICULTURA (I, II E III)	2
ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE HORTALIÇAS	1
JARDINAGEM/ROÇAGEM/PODA <i>do Campus</i>	2
TOTAL	12

7.1.4 A distribuição inicial dos postos de trabalho nos setores específicos da instituição listada no item anterior, não impede que esses postos, respeitando suas atribuições, tenham uma relocação ou mesmo uma alternância temporária ou definitiva de setor. Este procedimento pode ocorrer de acordo com as atividades e demandas a serem executadas e do interesse da gestão do contrato.

7.2. Cálculo estimativo dos materiais referente aos Serviços Agropecuários e de jardinagem:

7.2.1. A lista de uniformes, EPI'S, equipamentos e insumos, teve como referência inicial os itens e quantitativos previstos no contrato 02/2021, referente ao Processo Nr. 23073.000731/2020-59. No entanto, com algumas adequações ao previsto no contrato citado, com a especificação e unificação das listas para todos os postos de trabalho, independente da s categoria. As listas mencionadas estão especificadas nos **ANEXOS (A, B, C, D)**, deste documento.

7.2.2. A pesquisa de preços que fundamenta o valor estimado desta contratação foi realizada em conformidade com a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, a qual estabelece diretrizes e procedimentos para a estimativa do custo de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Federal. A pesquisa de preços está especificada no **ANEXO E**, em caráter sigiloso neste documento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$):

8.1. A metodologia adotada para cálculo do custo da mão de obra está conforme a planilha de custo e formação de preços do Ministério da Economia;

8.2. Os valores das remunerações foram atualizados conforme Convenção Coletiva de Trabalho Número de registro no **MTE: AM000038/2026, de Vigência: 01/01/2026 a 31/12/2026**.

8.3. A estimativa do valor da presente contratação será a média entre o custo estimado pela Administração através

da pesquisa de preços no Compras.gov e o valor estimado pela administração conforme a planilha de custos deste Estudo Técnico Preliminar, os valores estão discriminados no quadro a seguir:

QUADRO VI – MAPA COMPARATIVO DO CUSTO - COMPRAS.GOV E ADMINISTRAÇÃO						
	COMPRAS.GOV		CÁLCULO DA ADMINISTRAÇÃO		VALOR MÉDIO	
CATEGORIA	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL
OPERÁRIO RURAL 6210-05 (10 postos) E MATERIAL						
JARDINEIRO/ROÇADOR/PODADOR 6220-20 (2 postos) E MATERIAL						
MATERIAIS						
TOTAL (12 postos)						

8.4. O custo anual estimado para a contratação é de

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não há possibilidade técnica ou econômica de parcelamento da solução, uma vez que sua divisão acarretaria a perda de economia de escala e eficiência operacional, contrariando o princípio da economicidade previsto no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. As justificativas para a não adoção do parcelamento são apresentadas a seguir:

- 9.2.1. Justificativa Técnica: O parcelamento implicaria perda de eficiência na execução, em razão da descentralização das responsabilidades entre diferentes empresas, o que dificultaria o controle operacional e aumentaria as despesas administrativas e de coordenação dos serviços.
- 9.2.2. Justificativa Econômica: A contratação de múltiplas empresas resultaria em perda da economia de escala, elevando os custos totais de gestão, fiscalização e logística. Além disso, geraria complexidade na execução contratual, com necessidade de administrar diversos contratos, o que tornaria o processo menos vantajoso sob a ótica da economicidade.

9.3. Ressalta-se ainda que, no mercado local, é prática consolidada que a prestação dos serviços agropecuários ocorra por empresa única, especialmente porque todos os postos de trabalho vinculados à presente contratação seguem a mesma Convenção Coletiva de Trabalho **Nr. AM000038/2026**, o que padroniza a composição dos custos e facilita a fiscalização administrativa do contrato.

9.4. Dessa forma, busca-se a proposta mais vantajosa para a Administração, contemplando os serviços agropecuários com o fornecimento de materiais e equipamentos e mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Em razão de sua natureza unificada e indivisível, o objeto deverá ser adjudicado pelo menor preço global, em conformidade com o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes a esta.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Para a plena execução desta contratação, identificam-se as seguintes providências a serem adotadas pela Administração do IFAM – *Campus* Manaus Zona Leste:

11.1.1. Promover a adequação dos espaços físicos destinados ao armazenamento e à guarda das ferramentas, utensílios e equipamentos que serão utilizados na execução contratual, garantindo condições adequadas de conservação, segurança e controle patrimonial;

11.1.2. Realizar capacitação e reciclagem formal dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato conforme a legislação vigente, com foco na fiscalização técnica, administrativa e na correta aplicação dos instrumentos de medição de resultados (IMR);

11.1.3. Assegurar que as unidades responsáveis pela gestão do contrato estejam devidamente estruturadas e disponham de recursos materiais e de apoio Técnico-Administrativo para o acompanhamento contínuo da execução contratual, conforme os arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Dentre os resultados almejados com a presente contratação, a Administração do IFAM - *Campus* Manaus Zona Leste espera alcançar:

12.1.1. A manutenção, conservação e manejo sustentável das áreas produtivas, experimentais e paisagísticas do Campus, garantindo a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à área agropecuária;

12.1.2. O zelo e a preservação da flora e da fauna existentes nas dependências do IFAM -*Campus* CMZL, por meio da execução técnica e responsável dos serviços agropecuários;

12.1.3. A otimização do uso dos recursos públicos, com a melhoria da gestão de materiais, equipamentos e insumos utilizados nas rotinas de trabalho, reduzindo desperdícios e custos operacionais;

12.1.4. O fortalecimento da infraestrutura pedagógica e experimental do *Campus*, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das práticas formativas nas áreas de produção animal, vegetal e agroecológica;

12.1.5. A adoção de práticas sustentáveis e seguras, em conformidade com as normas ambientais, trabalhistas e de segurança no trabalho, de modo a contribuir para o desenvolvimento institucional responsável e ambientalmente equilibrado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a plena execução desta contratação, identificam-se as seguintes providências a serem adotadas pela Administração do IFAM – *Campus* Manaus Zona Leste:

13.1.1. Promover a adequação dos espaços físicos destinados ao armazenamento e à guarda das ferramentas, utensílios e equipamentos que serão utilizados na execução contratual, garantindo condições

adequadas de conservação, segurança e controle patrimonial;

13.1.2. Realizar capacitação e reciclagem formal dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato conforme a legislação vigente, com foco na fiscalização técnica, administrativa e na correta aplicação dos instrumentos de medição de resultados (IMR);

13.1.3. Assegurar que as unidades responsáveis pela gestão do contrato estejam devidamente estruturadas e disponham de recursos materiais e de apoio técnico-administrativo para o acompanhamento contínuo da execução contratual, conforme os arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da execução dos serviços agropecuários objeto desta contratação, considerando que as atividades serão realizadas de forma controlada e supervisionada pela Administração.

14.2. Ressalta-se que a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e gestão ambiental durante toda a execução contratual, observando as normas e diretrizes da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, especialmente quanto à aquisição de bens e execução de serviços com critérios ambientais sustentáveis, conforme o disposto no art. 6º.

14.3. Caberá à fiscalização do contrato zelar para que o armazenamento, uso e descarte de resíduos e materiais decorrentes das atividades operacionais sejam realizados em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas correlatas, evitando danos ao meio ambiente e assegurando práticas de responsabilidade socioambiental.

15. Matriz de Risco

15.1. Mapa de Risco

15.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar é acompanhado do **Mapa de Risco**, constante como **Anexo deste documento**, no qual são identificados e analisados os principais riscos relacionados ao planejamento, à contratação e à execução do objeto.

15.1.2. Este Mapa de Risco servirá de subsídio para a elaboração do Termo de Referência, especialmente quanto à definição de responsabilidades e às medidas de mitigação, observada a legislação vigente, ficando o detalhamento operacional a ser disciplinado nos instrumentos da contratação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise técnica e administrativa referente à necessidade de contratação de serviços contínuos de **apoio agropecuário e jardinagem**, conclui-se que a solução proposta é **viável**, adequada e compatível com as exigências legais, orçamentárias e operacionais da instituição. A demanda apresenta clara **aderência às necessidades permanentes** dos Núcleos dos Laboratórios Educativos de Produção e às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo serviços essenciais que não podem sofrer interrupção. Verificou-se a existência de **oferta suficiente no mercado**, com empresas especializadas aptas a executar as atividades, caracterizando serviço comum passível de terceirização.

A contratação está em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e com a **IN SEGES/ME nº 73/2022**, que orientam o planejamento e execução de serviços continuados na Administração Pública. Há **estimativa orçamentária compatível** e previsão de recursos para sua execução, assegurando a manutenção das

atividades após o término do Contrato Nr. **02/2021**, vigente até **12 de abril de 2026**.

Diante do exposto, declara-se que a contratação proposta é **tecnicamente, economicamente e juridicamente viável**, sendo recomendada a continuidade das etapas subsequentes do processo de contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CHRISTIANO TEIXEIRA DE FIGUEIREDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/12/2025 às 08:51:13.

THIAGO NASCIMENTO TAVEIRA

Membro da comissão de contratação

RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA NETO

Membro da comissão de contratação



LEGENDA DE CORES NO TEXTO:

Cores vermelho – Textos opcionais mantidos;

Cores pretas - Textos obrigatórios mantidos;

Cor verde - Texto incluído.

Cor Azul – Textos preenchidos

Textos tachados – Textos obrigatórios excluídos

(Processo Administrativo nº 23857.000947/2025-10)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MANAUS ZONA
LESTE – IFAM/CMZL E

.....

A **União**, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MANAUS ZONA LESTE – IFAM/CMZL**, com sede na **Avenida Cosme Ferreira, nº 8.045 - bairro Gilberto Mestrinho, CEP: 69086-475, na cidade de MANAUS/AM**, inscrito no CNPJ sob o nº **10.792.928/0004-52**, neste ato representado pelo **seu DIRETOR GERAL, DAVID WASHINGTON FREITAS LIMA**, nomeado(a) pela Portaria nº **1.113/GR/IFAM**, de **22 de junho de 2023**, publicada no **DOU de edição nº 119 de 26 de junho de 2023**, portador da Matrícula Funcional nº **2124618**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação **Empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação das instalações agropecuárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste/ IFAM-CMZL**, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



1	<i>Operário Rural (6210-05), 44 h. semanais</i>	15300	<i>Posto de Trabalho</i>	10		
2	<i>Jardineiro/Roçador/Podador (6220-20), 44 h. semanais</i>	24309	<i>Posto de Trabalho</i>	02		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação:*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021..*

2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- 2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- 2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- 2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
- 2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

2.7. *Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação*



contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

OU

2.8. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo – máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;



8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;



- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;



9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. ~~Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (insserir endereço(s));~~

9.57. ~~O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (insserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

9.58. ~~Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

9.59. ~~Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.~~

9.59.1. ~~Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de~~



~~todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

~~9.60. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;~~

OU

~~9.61. Considerando que se trata de contrato com número inferior a vinte e cinco colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de 2 %~~

~~9.61.1. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.~~

~~9.61.2. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 2% com a nova contratação.~~

~~9.61.3. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.~~

~~9.61.4. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.~~

~~9.61.5. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.~~

~~9.61.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.~~

~~9.62. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.~~

OU

~~9.63. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.~~

CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. ~~As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

11.2. ~~Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~



- 11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. ~~*Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*~~

OU

- 12.2. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

OU



14.2. ~~O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

14.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.4. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e



14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 26403/158444;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 231659;



- IV) Elemento de despesa: [339037](#); e
- V) Plano interno: [L20RLP0109N](#); e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no [Amapá](#), Seção Judiciária de [Manaus](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

MINUTA DE CONTRATO Nº 28/2026 - DAP-CMZL (11.01.15.01.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 24 de Fevereiro de 2026

modelo-de-termo-de-contrato-servico-com-mao-de-obra-exclusiva-lei-no-14-133-dez-.pdf

Total de páginas do documento original: 13

(Assinado digitalmente em 24/02/2026 16:11)

ANDERSON CARLOS LIMA BENTES

DIRETOR

1800462

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **28**, ano: **2026**, tipo: **MINUTA DE CONTRATO**, data de Assinatura: **24/02**
/2026 e o código de verificação: **42fb6c13fd**

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017.

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.782,68
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		1.782,68

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	148,56
B	Férias e Adicional de Férias	198,08
Total		346,63

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		-
B	Salário Educação		-
C	SAT		-
D	SESC ou SESI		-
E	SENAI - SENAC		-
F	SEBRAE		-
G	INCRA		-
H	FGTS		-
Total		0,00%	-

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	113,04
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	485,10
C	Benefício cesta básica	180,00
D	Outros assistência familiar	20,00
E	Plano odontológico	16,00
Total		814,14

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	346,63
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	814,14
Total		1.160,77

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do sub módulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
G	Multa do FGTS - provisão mensal		
Total			-

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
Total		-

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Intrajornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	0
Total		0

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-
4.2	Intrajornada	-
Total		-

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Utensílios	

C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		-

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		-
B	Lucro		-
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais pis e cofins	3,65	117,61
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais - ISS	5,00	161,11
Total			278,72

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.782,68
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.160,77
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)		2.943,45
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	278,72
Valor Total por Empregado		3.222,17

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017.

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração
A	Salário-Base
B	Adicional de Periculosidade
C	Adicional de Insalubridade
D	Adicional Noturno
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida
G	Outros (especificar)
Total	

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias
A	13º (décimo terceiro) Salário
B	Férias e Adicional de Férias
Total	

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições
A	INSS
B	Salário Educação
C	SAT
D	SESC ou SESI
E	SENAI - SENAC
F	SEBRAE
G	INCRA
H	FGTS
Total	

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários
A	Transporte
B	Auxílio-Refeição/Alimentação
C	Benefício cesta básica
D	Outros assistência familiar
E	Plano odontológico
Total	

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições
2.3	Benefícios Mensais e Diários
Total	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão
A	Aviso Prévio Indenizado
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado
D	Aviso Prévio Trabalhado
E	Incidência dos encargos do sub módulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado
G	Multa do FGTS - provisão mensal
Total	

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais
A	Férias
B	Ausências Legais
C	Licença-Paternidade
D	Ausência por acidente de trabalho
E	Afastamento Maternidade
F	Outros (especificar)
Total	

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Intrajornada
A	Intervalo para repouso e alimentação
Total	

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente
4.1	Ausências Legais
4.2	Intrajornada
Total	

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos
A	Uniformes e EPIS
B	Utensílios
C	Equipamentos
D	material
Total	

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro
A	Custos Indiretos
B	Lucro
C	Tributos
	C.1. Tributos Federais pis e cofins
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)
	C.3. Tributos Municipais - ISS
Total	

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão

D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente
E	Módulo 5 - Insumos Diversos
Subtotal (A + B +C+ D+E)	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro
Valor Total por Empregado	

PREÇOS
ÃO DE PROPOSTAS

Valor (R\$)
1.655,25
1.655,25

ias

Valor (R\$)
137,94
183,92
321,85

viço (FGTS) e outras contribuições.

Percentual (%)	Valor (R\$)
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
0,00%	-

Valor (R\$)
0
0

n

Valor (R\$)
-
-
-

Valor (R\$)
-
-
-

Percentual (%)	Valor (R\$)
	-
	-
3,65	113,43
5,00	155,39
	268,82

Valor (R\$)
1.655,25
1.183,64
-

-
-
2.838,89
268,82
3.107,71

RELAÇÃO DE UNIFORMES e EPI's

FARDAMENTOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total
1	Calça uniforme profissional com elástico. Bolsos frontais, e nas laterais da perna. Brim Jeans azul marinho	UND	4		R\$ -	R\$ -
2	Camisa uniforme profissional - Gola italiana, manga longa com elastico no punho e com emblema da empresa e nome do Posto pintados no bolso (Ex: Op. Rural) . Brim azul marinho.	UND	4			
3	Camiseta malha fria gola em "V", manga curta, cor cinza	UND	4		R\$ -	R\$ -
4	Meias, padrão sport, tecido Algodão, cor preta / azul escuro	PAR	4		R\$ -	R\$ -
5	Calçado: Bota Impermeável de Pvc Forrada Cano Longo Preta até o joelho com biqueira e	PAR	2		R\$ -	R\$ -
6	Crachá de identificação com Foto ,em PVC, com presilha jacaré.	UND	1		R\$ -	R\$ -
TOTAL			19		R\$ -	R\$ -

MAPA DE PREÇOS DE EPI'S POR POSTO DE TRABALHO-- OPERÁRIO RURAL E JARDINEIRO/ROÇADOR/PODADOR							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE MENSAL	QTDE. ANUAL	PREÇO MÉDIO UNIT. (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)	CUSTO MÉDIO ANUAL (R\$)
1	Luva mista de vaqueta / lona de 7 cm	PAR	0,50	6,00		-	-
2	Chapéu tipo pescador com protetor de pescoço	UNIDADE	0,17	2,00		-	-
3	Chapéu de palha, com abas médias	UNIDADE	0,17	2,00		-	-
4	Luva de proteção em tecido (p, m e g).	PAR	0,33	4,00		-	-
5	Protetor Auricular de Silicone Plug	UNIDADE	0,50	6,00		-	-
6	Óculos de Segurança Ampla Visão Mini Carbografito	UNIDADE	0,17	2,00		-	-
7	Luva de couro para manipular arame farpado de 30 cm	PAR	0,33	4,00		-	-
8	Protetor solar (fator 50) frasco de 120 ml	UNIDADE	0,33	4,00		-	-
9	Conjunto para proteção de chuvas, sendo Blusão e calça confeccionados em nylon emborrachado e/ou FR, costura e termoselado, jaqueta mangas longas, pala de ventilação na frente e nas costas, faixa refletiva nos braços e envolta do tórax, fechamento por zíper e pala com velcro. Calça elástico e cadarço na cintura, aleta com velcro para ajuste no tornozelo	UNIDADE				-	-
10	Conjunto para aplicação de herbicida, respeitando a ISO 27065 E A NR31 Permite a respiração e transpiração da pele. Características: - confeccionado em tecido 50% algodão / 50% poliéster com tratamento hidrorrepelente para 30 lavagens. Composição: - blusão de segurança com manga raglan, ajuste no peito por velcro, ajuste na cintura por tiras do mesmo material; - calça de segurança com ajustes na cintura por cordão, barra feita em pvc forrado de alta resistência; - boné árabe com ajuste no pescoço por velcro - e avental de segurança confeccionado em pvc forrado plus na cor amarela. OBS: Apenas 6 operadores/jardineiros utilizarão este EPI.	UNIDADE	0,04	0,50		-	-
11	Perneira de segurança, confeccionada em couro sintético com 3 (três) talas de proteção, fechamento em velcro e fechos plásticos com certificado de aprovação (CA)	PAR	0,17	2,00		-	-
TOTAIS - R\$						-	-

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE MENSAL	QTDE. ANUAL	PREÇO MÉDIO UNIT. (R\$)	CUSTO MÉDIO MENSAL (R\$)	CUSTO MÉDIO ANUAL (R\$)
1	Ancinho Curvo Pesado com 14 dentes em material aço carbono temperado, com cabo. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Avental raspa de couro 120 X 70 cm	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Balde Plástico resistente Graduado Cobalto - Transparente / 20 Lt	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	Capacete de segurança acoplado com protetor auricular tipo concha e protetor facial viseira incolor de policarbonato, com jugular, com certificado de aprovação (CA). (Modelo de referencia equivalente ao LJA - Kit PTA 350 - 16 dB - Tela 6" - Cod.: 200100 - C.A.: 12354 /288007)	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	Carro de Mão Extraforte com Caçamba Extraforte Metálica Cinza 65 L, Braço Metálico e Pneu Maciço. Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Cavadeira articulada com cabo, altura da lâmina da cavadeira 450 mm, altura total 1805 mm, largura da cavadeira 165 mm, material da cavadeira fabricada com carbono especial de alta qualidade, cabo com acabamento envernizado de 145 cm e peso de 3,33 kg. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	Conjunto de ferramentas para jardinagem contendo, 01 pazinha larga, 01 pazinha estreita, 01 garfo. Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	Enxada com cabo de madeira de 130 cm, material aço carbono de alta qualidade temperado, olho oval de 38 mm de diâmetro, peso de 1,61 kg, medida da lâmina 200x250 mm. A lâmina possui tamanho 1.5 e sua afiação é feita em máquinas automatizadas, proporcionando excelente durabilidade do fioProduto fabricado segundo norma ABNT NBR 6413.	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	Enxada com cabo de madeira de 145 cm, material aço carbono de alta qualidade temperado, olho oval de 38 mm de diâmetro, peso de 1,69 kg, medida da lâmina 200x290 mm. A lâmina possui tamanho 2.5 e sua afiação é feita em máquinas automatizadas, proporcionando excelente durabilidade do fioProduto fabricado segundo norma ABNT NBR 6413.	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	Facão Terçado com cabo de madeira ou polietileno com 04 rebites de fixação, com maior resistência a impactos, perfeito acabamento da lâmina e do fio do corte, lâmina inteiriça até o término do cabo com afiação especial, em aço SAE 1074, temperado e revenida, proporciona dureza homogênea, rebites e lâmina possuem acabamento em verniz incolor anticorrosivo, peso 0,46 kg, tamanho 22", altura total 692 mm (A), largura da lâmina 74 mm (B), comprimento da lâmina 558 mm. Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Bellota	UNIDADE	2,00	24,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	Foice Roçadeira Tipo L em Aço com Cabo de Madeira envernizado de 110 cm. Fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, com lâmina altamente resistente e afiada. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	Mangueira cristal trançada de 3/4, rolo 50 metros. Pressão de trabalho: 500PSI – 34,47BAR. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade a Plastic.	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	Pá quadrada metálica com cabo de madeira de 74 cm, peso 1,79 kg, com empunhadura plástica, com 112 cm altura total, com 51 cm x 22 cm x 35 especificação da lâmina.	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	Pá de Bico fabricada em aço carbono especial de alta qualidade com Cabo de Madeira 71 cm com Empunhadura Plástica Curva Ergonômica, peso 1,14 kg. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	Peneira de Aro Plástico PPV 0855 para Areia 55cm. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade a Vonder	UNIDADE	1,00	12,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00

16	Pulverizador costal cor laranja, ergonômico, com tanque simétrico, alavanca pode ser acionada com a mão direita ou esquerda, com capacidade de 20 litros, destinada a aplicação mais eficiente e racional de defensivos e fertilizantes foliares. Sistema de filtragem progressivo em 4 pontos: tanque, bomba, cabo da válvula e bico, evitando entupimento; Lança curva e acumulador de pressão em cobre; Maior resistência ao impacto e à corrosão: chassis de plástico reforçado; De fácil manutenção e substituição de peças. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Guarany.	UNIDADE	0,83	10,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Regador plástico, com capacidade para 10 litros. Ideal para regar: plantas,jardim,jardinagem,flores,hortas,viveiros,hortaliças.	UNIDADE	1,67	20,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Tela de proteção de 6 M2 (comprim. 3m e 2m de altura, com suporte nos extremos, utilizado para bloquear resíduos fruto da atividade de roço. (Protetor de Roçagem)	UNIDADE	0,50	6,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	Tesourão de Poda Tipo Bypass em Aço com Cabo Telescópico Extensível 46,5 até 78 cm, comprimento 670 mm, largura 40 mm e altura 228 mm. Referência: Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	0,25	3,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	Serrote para poda 12 Pol	UNIDADE	0,83	10,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	Trado Holandês com caçamba de 20 cm e diâmetro de 1 1/2" (uma polegada e meia), para coletas de solo em profundidade de 20 em 20 cm. Faz buracos com uma polegada e meia de diâmetro e a amostra possui diâmetro de 1" (uma polegada). Marca Ref. Sonda Terra,modelo TF-20	UNIDADE	0,08	1,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Vassoura para jardim com cabo e palheta regulável, palheta de aço temperado. Modelo equivalente, ou similar e ou de melhor qualidade ao Tramontina	UNIDADE	2,00	24,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAIS - R\$						R\$ 0,00	R\$ -

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE MENSAL	QTDE. ANUAL	PREÇO MÉDIO UNIT. (R\$)	CUSTO MÉDIO MENSAL (R\$)	CUSTO MÉDIO ANUAL (R\$)
1	Óleo lubrificante mineral para motores 2 Tempos (protege o motor contra corrosão e desgaste), frasco 500 ml.	FRASCO 500 ML	1,00	12,00		0	0
2	Corrente motosserra STIHL MS 460	UNIDADE	1,00	12,00		0	0
3	Óleo lubrificante para corrente desenvolvido especialmente para lubrificação de sabres e correntes de motosserras, possui propriedades de adesividade, antidesgaste e antigotejante que oferecem desempenho, proteção contra o desgaste causado por choques de cargas e resistência às condições severas. O lubrificante forma uma película no conjunto de corte do equipamento resistente durante a aplicação, assegurando proteção adequada e maior vida útil das partes metálicas (corrente/sabre). Além disso, oferece economia e praticidade, pois mantém as partes lubrificadas e evita o gotejamento involuntário do óleo. Recomendado para uso todos os tipos de motosserras. Disponível em embalagem de 1 litro. Referência Castrol Magnum para STIHL	FRASCO 01 Litro	0,50	6,00		0	0
4	Lima para amolar corrente de moto serra STIHL MS 460	UNIDADE	0,25	3,00		0	0
TOTAIS (R\$)						-	-

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE MENSAL	QTDE. ANUAL	PREÇO MÉDIO UNIT. (R\$)	CUSTO MÉDIO MENSAL (R\$)	CUSTO MÉDIO ANUAL (R\$)
1	Óleo lubrificante mineral para motores 2 Tempos (protege o motor contra corrosão e desgaste), frasco 500 ml.	FRASCO 500 ML	1,00	12,00		0	0
2	Corrente de motopoda STIHL HT 131	UNIDADE	0,50	6,00		0	0

R\$ 0,00

3	Óleo lubrificante para corrente desenvolvido especialmente para lubrificação de sabres e correntes de motosserras, possui propriedades de adesividade, antidesgaste e antigotejante que oferecem desempenho, proteção contra o desgaste causado por choques de cargas e resistência às condições severas. O lubrificante forma uma película no conjunto de corte do equipamento resistente durante a aplicação, assegurando proteção adequada e maior vida útil das partes metálicas (corrente/sabre). Além disso, oferece economia e praticidade, pois mantém as partes lubrificadas e evita o gotejamento involuntário do óleo. Recomendado para uso todos os tipos de motosserras. Disponível em embalagem de 1 litro. Referência Castrol Magnum para STIHL	FRASCO 01 Litro	1,50	18,00		0	0
4	Lima para amolar corrente de motopoda STIHL HT 131	UNIDADE	0,25	3,00		0	0
TOTAIS (R\$)						-	-

Base Cálculo de tributos, despesas indiretas e lucro		
	Mensal	Anual
Material	-	-

	Percentual	Valor mensal	Valor Anual
Despesas indiretas	5%	-	-
Lucro	5%	-	-
Tributos	8,65%	-	-
Total		-	-

ARDINAGEM

PREÇO MÉDIO UNIT. (R\$)	CUSTO MÉDIO MENSAL DEPRECIAÇÃO & MANUTENÇÃO (R\$)	CUSTO MÉDIO ANUAL (R\$)
	-	
	-	
	-	

% mensal	Valor mensal	Valor anual
0,72%	-	-

Transporte	
Auxílio-Refeição/Alimentação	
Benefício cesta básica	
Outros assistência familiar	
Plano odontológico	